

# COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

Presidente: José Freitas - Republicanos



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

**COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

**ANO 2023**

**VEREADORES INTEGRANTES:**

**JOSÉ FREITAS – REPUBLICANOS – PRESIDENTE**

**CLAUDIA ARAÚJO – PSD – VICE-PRESIDENTE**

**LOURDES SPRENGER – MDB**

**ALDACIR OLIBONI – PT**

**TANISE SABINO – PTB**

**MÔNICA LEAL – PP**

## **Lista dos Jornalistas que contribuíram com a formatação dos textos**

14/02/2023 Marco Aurélio Marocco edição: Marco Aurélio Marocco;

28/02/2023 Eduarda Burguez edição: Marco Aurélio Marocco;

07/03/2023 Eduarda Burguez edição: Marco Aurélio Marocco;

14/03/2023: Caroline Strüssmann;

21/03/2023: Andréa Menezes edição: Gilmar Martins;

28/03/2023: Eduarda Burguez edição: Marco Aurélio Marocco;

04/03/2023: Vinícius Goulart Edição: João Flores da Cunha;

11/03/2023: Vinícius Goulart Edição: João Flores da Cunha;

18/03/2023: Eduarda Burguez Edição: Andressa de Bem e Canto;

25/03/2023: Eduarda Burguez Edição: Andressa de Bem e Canto;

02/05/2023: João Flores da Cunha;

09/05/2023: Andressa de Bem e Canto;

16/05/2023 João Flores da Cunha;

23/05/2023: Eduarda Burguez edição: Marco Aurélio Marocco;

30/05/2023: Vinicius Goulart Edição: Marco Aurélio Marocco;

06/06/2023 João Flores da Cunha;

13/06/2023 João Flores da Cunha;

27/06/2023 Marco Aurélio Marocco;

04/07/2023 João Flores da Cunha;

11/07/2023: Eduarda Burguez edição: Marco Aurélio Marocco;

01/08/2023: Eduarda Burguez edição: Marco Aurélio Marocco;

08/08/2023: Andressa de Bem e Canto;

15/08/2023: Andressa de Bem e Canto;

22/08/2023: Marco Aurélio Marocco;

29/08/2023: Vinicius Goulart Edição João Flores da Cunha;

05/09/2023: Vinicius Goulart Edição João Flores da Cunha;  
12/09/2023: Vinicius Goulart Edição Andressa de Bem e Canto;  
19/09/2023: Vinicius Goulart Edição Andressa de Bem e Canto;  
26/08/2023: Andressa de Bem e Canto;  
03/10/2023: João Flores da Cunha;  
10/10/2023: João Flores da Cunha;  
17/10/2023: Andressa de Bem e Canto;  
24/10/2023: João Flores da Cunha;  
31/10/2023: Vinicius Goulart Edição Andressa de Bem e Canto;  
07/11/2023: Vinicius Goulart Edição Andressa de Bem e Canto;  
14/11/2023: João Flores da Cunha;  
21/11/2023: Marco Aurélio Marocco;  
28/11/2023: João Flores da Cunha;  
05/12/2023: Vinicius Goulart Edição: Marco Aurélio Marocco;  
12/12/2023: Vinicius Goulart Edição: Marco Aurélio Marocco;

### **Equipe COSMAM**

**Luiz Augusto Blorov dos Santos – Assessor Técnico**

**Matheus dos Santos Bonneau – Secretário da Comissão**

**Oli Carlos Ferreira Barbosa – Secretário da Comissão**

## Índice

Apresentação – Pg 9;

Resumo Das Atividades – Pg 11;

A Saúde Do HPS -Pg 12;

Audiência Pública - Apresentação Do 3º Quadrimestre – Pg 14;

Saúde Física e Emocional da Mulher: o que avançamos e queremos para os próximos anos em Porto Alegre – Pg 15;

Saúde Mental Em Porto Alegre: O Que Foi Realizado E Quais As Perspectivas Para Os Próximos Dois Anos – Pg 19;

Dia Mundial Da Água – Pg 21;

Castração, Lestimaniose E Outros – Pg 23;

Centro De Referência Do Autismo: Atualização Do Projeto De Governo (Funcionamento, Encaminhamento, Vagas, Processo Seletivo Da Equipe Técnica, Inauguração, Serviços Oferecidos, Etc) – Pg 25;

Crueldade Animal - Abril Laranja – Pg 27;

Contratação De Médicos Intercambistas – Pg 29;

Construção Das US Leopoldina E Coinma Pela Prefeitura Municipal De Porto Alegre – Pg 31;

Endometriose: Aspectos Técnicos E Tratamentos – Pg 33;

Semana Municipal De Enfrentamento E Conscientização Sobre A Fibromialgia – Pg 35;

A Importância Dos Psicólogos E Assistentes Sociais Nas Escolas - Como Está A Regulamentação Da Lei – Pg 38;

Servidões Nos Bairros Vila Assunção E Vila Conceição – Pg 42;

Audiência Pública - Apresentação Do 1º Quadrimestre – Pg 44;

Pacientes Entidades De Saúde Mental - Quem Cuida? SMS Ou SMDS? – Pg 45;

Meio Ambiente , Saúde Animal E Mudanças Climáticas – Pg 48;

Ação De Prevenção E Tratamento De Queimaduras – Pg 51;

Parque Harmonia – Pg 54;

Cosmam E Cedecondh Discutem A Situação Do Instituto De Cardiologia -Pg 57;

A Desburocratização Das Contratualizadas Da Área Da Saúde De Porto Alegre,  
As Especificidades Dos Contratos – Pg 58;

A Importância Dos atendimentos Odontológicos No SUS – Pg 60;

Qual O Impacto Da Resolução N° 487 Do CNJ Na Sociedade Gaúcha? – Pg 62;

Cosmam Aborda Falta De Manutenção Nos Arroios Em Porto Alegre - Pg 65;

Cosmam Aborda Construção Das Unidades De Saúde Jardim Leopoldina E  
Coinma – Pg 67;

Cosmam Discute Efetivação Da Central De Intérpretes Na Capital – Pg 69;

Reunião Da Cosmam Trata Sobre O Setembro Verde – Pg 70;

Cosmam Debate Uso Medicinal Do Canabidiol – Pg 72;

Prefeitura Apresenta Relatório De Saúde Do Segundo Quadrimestre Na Cosmam  
– Pg 74;

Cosmam Aborda Desastres Naturais E Preservação Da Vida Animal – Pg 75;

Cosmam Aborda A Prevenção Do Câncer De Mama – Pg 79;

Reunião Da Cosmam Trata Sobre Climatério, Menopausa E Saúde Da Mulher –  
Pg 82;

Cosmam Debate Prontos Atendimentos Da Lomba Do Pinheiro E Da Bom Jesus  
-Pg 85;

Cosmam Debate Sobre A Semana Do Lixo Zero – Pg 88;

Cosmam Trata Sobre As Políticas De Prevenção Do Novembro Azul – Pg 89;

Cosmam Trata Da Construção De Unidade De Saúde No Lami – Pg 91;

Cosmam Ouve Demandas Dos Agentes Comunitários De Saúde – Pg 94;

Cosmam Debate Construção De Unidade De Saúde Monte Cristo – Pg 96;

Cosmam Debate Sobre O Dezembro Laranja – Pg 98;

Cosmam Debate Abandono De Animais Bravios – Pg 99;

Caderno de Imagens – Pg 101

## Apresentação

Preliminarmente, insta ressaltar que 2023 foi um ano de algumas mudanças que elevaram a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) ao nível de Comissão que mais trabalhou e demandou questionamentos ao Executivo Municipal desta Câmara Municipal de Porto Alegre no ano corrente.

Com o advento da retomada das reuniões presenciais no primeiro semestre e a inovação das transmissões pela TV CÂMARA os debates transcenderam às salas das Comissões e ganharam as redes da internet, garantindo ainda mais a sociedade porto-alegrense o poder fiscalizatório.

Isso tudo deixou a equipe COSMAM muito orgulhosa e ciente de que estamos deixando um legado, que pelas próximas equipes, deverá ser honrado.

Adentrando ao presente relatório de atividades, este visa demonstrar as ações realizadas pela COSMAM no exercício de 2023, em atendimento ao inc. XV, do art. 35 do Regimento Interno (RI) da Câmara de Vereadores.

A COSMAM se constitui como uma das seis comissões permanentes existentes no legislativo municipal, conforme previsão do inc. VI. do artigo 30, do RI, e tem suas funções gerais regradas no artigo 35 e incisos da mesma carta legal que preveem, entre outras, discutir e votar parecer os proposições que lhes forem distribuídas, realizar reuniões com entidades da sociedade civil, bem como audiências públicas, convocar Secretários e dirigentes de órgãos da administração indireta e qualquer servidor público municipal para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições, receber petições, representações ou reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, acompanhar e apreciar programas de obras, planos de desenvolvimento; exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo; estudar qualquer assunto compreendido na sua esfera através de conferências, exposições, palestras ou seminários; dar pareceres, podendo apresentar substitutivos ou emendas à projetos de lei e elaborar proposições de interesse público solicitadas pela comunidade ou decorrentes de indicação da Câmara.

Ademais, sua competência específica está adstrita à temas relacionados ao sistema único de saúde (SUS) e seguridade social, vigilância sanitária epidemiológica e nutricional, segurança e saúde do trabalhador, saneamento básico, proteção ambiental; controle da poluição ambiental; proteção da vida humana e preservação dos recursos naturais e planejamento e projetos urbanos, forte previsão contida no artigo 40 e incisos do RI.

Nesta senda, a COSMAM buscou em 2023 efetuar sua atuação de maneira responsável atendendo aos anseios da população que buscava no parlamento uma alternativa para a resolução de suas demandas. Tivemos uma agenda cheia e plural, alternando de forma equilibrada a abordagem de assuntos atinentes às áreas ambiental e de saúde através da promoção de diversas visitas a unidades de saúde privadas e públicas, onde foi possível verificar in loco as condições de trabalho dos servidores, bem como dialogar com as comunidades e encaminhar ao Poder Público solicitações de providências pertinentes, bem como por meio da realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, seminários e palestras onde foram convidados especialistas e autoridades que auxiliaram num maior entendimento e na construção de soluções para os temas pautados ao longo de 2023.

Por conseguinte, a COSMAM encaminhou diversos pedidos de informações e ofícios a diversos órgãos procurando esclarecer dúvidas e ofertar alternativas.

Cumprir destacar que a COSMAM sempre buscou em sua atuação adotar postura colaborativa com as diferentes pastas e entidades que se relacionou, por óbvio sem deixar de lado seu papel fiscalizador e de cobrança por melhores serviços ao cidadão. E cabe aqui um reconhecimento aos gestores públicos e representantes de entidades da sociedade civil que sempre atenderam de forma solícita aos convites e encaminhamentos da COSMAM, auxiliando de forma significativa para que as tarefas tenham sido desenvolvidas com tranquilidade e objetividade.

Isto posto, requer-se um agradecimento especial aos colegas Vereadores que compõem a COSMAM e tiveram papel fundamental nas discussões, independente de correntes partidárias, que foram travadas, a equipe da COSMAM que atuou brilhantemente na condução da Comissão e que possibilitou todos os instrumentos para o bom andamento dos trabalhos, bem como aos demais Vereadores e todos os servidores da casa que de uma forma ou outra atuaram para que a COSMAM tenha executado da melhor forma possível os objetivos a que se propôs.

**José Freitas**

Vereador do Republicanos

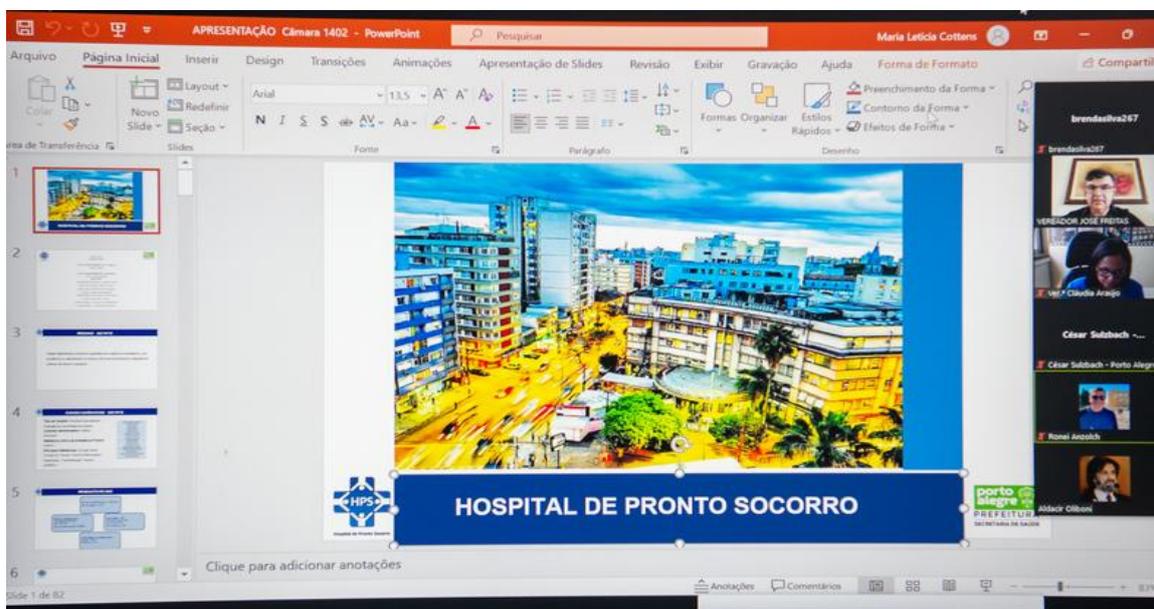
Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente

## **Resumo de Atividades**

**32 Reuniões Ordinárias Presenciais;**  
**07 Reuniões Ordinárias Remotas;**  
**02 Reuniões Extraordinárias Presenciais;**  
**03 Atas Declaratórias;**  
**03 Audiências Públicas;**  
**03 Seminários Presenciais;**  
**01 Reunião Conjunta;**  
**05 Comitivas de vereadores;**  
**112 Pareceres Distribuídos;**  
**01 Projeto de Emenda a Lei Orgânica;**  
**01 Projeto de Lei;**  
**12 Pedidos de Informação e;**  
**10 Pedidos de Providências.**

Atualizado em 13-12-2023

## A Saúde do HPS



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre (Cosmam) realizou reunião hoje (14/2) para tratar de demandas no Hospital de Pronto Socorro (HPS), em especial problemas na central de ar condicionado da instituição. O encontro foi presidido pelo vereador José Freitas (Republicanos), que propôs uma reunião entre direção do HPS, vereadores e deputados da bancada federal do RS para articular a definição de emendas parlamentares destinando mais recursos ao hospital. "É preciso abraçar o HPS", disse ele.

Ao justificar a solicitação da reunião, a vereadora Cláudia Araújo (PSD) explicou que recebeu pedido de ajuda da família de um paciente internado na UTI, que reclamou que o ar condicionado do local não estava funcionando. Conforme ela, a pauta da reunião de hoje serve para que a direção do HPS apresente não só explicações sobre o problema com o ar condicionado mas também as necessidades gerais da instituição. "Sabemos que as demandas são grandes, mas o HPS é porta de entrada para todo tipo de trauma e por isso precisa de um olhar diferenciado de órgãos estaduais e federais."

### Ar

Representando a Secretaria Municipal de Saúde, César Sulzbach explicou que o problema do ar condicionado na UTI foi um caso isolado e rapidamente resolvido. "Houve uma situação que fugiu ao controle do município, pois a

empresa de manutenção escolhida para cuidar dos equipamentos desistiu dois dias antes da assinatura do contrato, o que obrigou a Prefeitura a fazer uma contratação emergencial para conserto do ar condicionado." Reconheceu que é preciso uma solução definitiva para o problema e informou que o HPS encomendou um parecer técnico sobre a climatização que deve ficar pronto até o final de fevereiro.

A presidente da Associação dos Servidores do HPS, Marília Iglesias, lembrou que em dezembro o hospital ficou sem ar condicionado por três semanas. Segundo ela, a central reserva do ar condicionado não funciona adequadamente porque está obsoleta. "É preciso esclarecer que o ar condicionado, num ambiente hospitalar, vai além do conforto. O ar atua na filtragem do ar e no controle da umidade, reduzindo riscos de infecção hospitalar."

### **Reformas e demandas**

O diretor-geral interino do HPS, médico Ronei Anzolch, apresentou as ações realizadas em 2022, que resultaram em investimentos de R\$ 12 milhões. Entre as melhorias, citou a reforma da UTI pediátrica e a construção da enfermaria pediátrica, além da aquisição de novos equipamentos hospitalares. Segundo ele, as principais demandas da instituição hoje incluem reforma da UTI do 3º pavimento, reforma do Centro Cirúrgico, aquisição de um tomógrafo, de uma torre de vídeo para laparoscopia, de um carro de anestesia, reforma da fachada do hospital e modernização do sistema de climatização. "Estas e outras demandas do HPS exigem um investimento extra de R\$ 28,5 milhões. Apenas para adquirir um tomógrafo, por exemplo, são necessários R\$ 3 milhões."



## Audiência Pública - Apresentação do 3º quadrimestre



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou audiência pública nesta terça-feira (28/02) para apresentação, pela Prefeitura, do relatório das metas da saúde do terceiro quadrimestre de 2022. A reunião, conduzida pelo presidente da comissão, vereador José Freitas (REP), teve a participação do secretário municipal da Saúde, Mauro Sparta.

O secretário apresentou os números da varíola dos macacos, que no ano de 2022 tiveram 188 casos confirmados. Em relação à covid-19, a cobertura vacinal da população foi de mais de 1 milhão de doses, já a dose de reforço teve uma cobertura de 44,94%. A dengue teve um salto de casos. Foram 4.600 casos confirmados na Capital. Houve também os primeiros óbitos pela doença. Atualmente está sendo aperfeiçoado o plano de prevenção à dengue.

Referente às unidades de saúde, 16 tiveram ampliação dos seus horários de atendimentos, atualmente 39 unidades atendem até as 22 horas. Já na atenção primária, cerca de 86% das famílias de Porto Alegre têm suporte da equipe da família. Os exames de mamografia tiveram um aumento de 110 para mais de 670 por mês. A saúde bucal conta atualmente com 221 equipes em 103 unidades de saúde, um aumento de 67,1%.

Na SAMU houve a aquisição de 13 compressores torácicos automáticos e a perspectiva é que até o final de 2023 todas as ambulâncias possuam este equipamento. A Capital é o primeiro do país a utilizar o dispositivo.

## Saúde Física e Emocional da Mulher: o que avançamos e queremos para os próximos anos em Porto Alegre.



Por proposição da Vereadora Psicóloga Tanise Sabino a reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) do dia 14 de março, convidou vários profissionais da saúde da Prefeitura de Porto Alegre com o objetivo de avaliar a saúde mental de Porto Alegre. A proposta foi de avaliar o que foi realizado nestes dois primeiros anos de governo, compartilhar desafios e discutir as perspectivas para o trabalho nos próximos 2 anos. “A ideia é fazer um balanço do que já foi feito, e também analisar como nós vereadores podemos ajudar a desenvolver esta área de forma cada vez mais efetiva. As pessoas me procuram buscando ajuda, principalmente na área da Saúde Mental, com dificuldade de ter acesso ao CAPS, ao serviço de internação, a questões relacionadas ao autismo, esquizofrenia e tantos outros males de ordem psíquica”, destacou a Vereadora na abertura na reunião, quando apresentou os convidados e mais uma vez reiterou seu apoio e reconhecimento aos profissionais: “Se por um lado recebo reclamações sobre o tempo para conseguir um atendimento, por outro lado, depois que o cidadão é atendido, ele elogia muito o serviço”, concluiu.

A diretora da atenção primária à saúde, Caroline Schirmer, destacou a ampliação da área de cobertura dos médicos de família, que hoje alcança 86% das famílias, ou sejam as famílias tem um profissional de referência para o

cuidado. “A ideia não é aumentar mais o número de equipes, mas qualificar essas equipes, pensar em instrumentos que facilitem o diagnóstico”, Destacou Schirmer. Ela informou também que os maiores atendimentos realizados são para casos leves de depressão e ansiedade. Outro ponto destacado pela profissional é o desafio de organizar os protocolos de atendimento, que haja uma padronização dos procedimentos adotados.

O Coordenador Geral do SAMU de Porto Alegre, Ghünter Ayala, relatou que das cerca de 200 chamadas diárias que o SAMU recebe, em torno de 18% dos atendimentos já são na área da saúde mental, sendo que muitos dos atendimentos são de pessoas reincidentes, ou seja, que não estão recebendo tratamento e por isso tem novas ocorrências. Tendo em vista estes dados, a Vereadora Tanise questionou sobre a possibilidade da implantação de uma SAMU Mental, a exemplo do que acontece em Brasília, onde este serviço é referência. O Dr. Ghünter afirmou que a prefeitura está realizando estudos de viabilidade para oferecer este serviço e "miramos no ideal, mas estamos buscando alternativas para criar o serviço da SAMU Mental em um formato mais enxuto. O atendimento seria muito melhor se tivéssemos esta ferramenta", completou Ghünter.

Na sequência foi a vez da Psicóloga Sirlei Girli, da Equipe Especializada em Saúde da Criança e Adolescente (EESCA), que destacou que o principal desafio é o suporte as famílias, e fazer com que os pais levem os filhos para o atendimento, dando continuidade ao tratamento. A profissional também relatou a preocupação com a Saúde Mental dos próprios cuidadores, que têm uma demanda crescente.

Sandro Novelli, psicólogo da Equipe de Saúde Mental Adulto (ESMA) compartilhou que hoje o serviço tem 266 pacientes em tratamento e que estão investindo em busca ativa e em grupos terapêuticos com o objetivo de promover a reinserção social para que o "paciente não fique perdido na rede", como salientou o profissional.

O Coordenador Municipal de Urgências da Secretaria Municipal de Saúde, Daniel Lenz Faria Corrêa, falou da parceria com o SAMU com os Caps AD, que permite o encaminhamento de alguns casos direto para o CAPS, e não para os hospitais, o que é um ganho para o serviço da Saúde Mental.

Logo após a fala foi de Flávia Darski, do CAPS Infantil Casa Harmonia - o único infantil próprio do município, que atende hoje 132 crianças - incluindo muitos casos graves - entre eles, ideação suicida, automutilação, isolamento social, autismo e depressão. A profissional ressaltou que o território de atendimento é muito extenso e aproveitou a oportunidade para agradecer o

veículo recebido da Vereadora Tanise Sabino através de Emenda: "O CAPS I se reinventou em meio a pandemia, não deixando em nenhum momento de prestar atendimento e buscando proximidade com as escolas, CRAS e CREAS. Senão conseguíamos ir até os pacientes – já que nossa área de atendimento é muito extensa - fazíamos contato por telefone”.

Mateus Kunder do CAPS II Esperança, o antigo CAPS Glória, Cruzeiro e Cristal que foi um dos primeiros de Porto Alegre agradeceu a oportunidade de compartilhar o seu cotidiano de trabalho e afirmou que o CAPS II está com as atividades coletivas a pleno, as oficinas, com grande frequência de usuários. Porém, salientou: “Mais que discutir leitos, precisamos ter um atendimento longitudinal, ou seja, fazer com que o paciente tenha um acompanhamento dentro da rede e assim reduza o número de internações”.

Fernanda Farina, do CAPS AD, destacou a importância da psicoterapia e não apenas da indicação de tratamento medicamentoso, destacando a importância dos atendimentos dos caps portas abertas. Também falou do desafio de não ter uma estrutura própria para o serviço e das limitações do RH. "Nosso desafio é voltar a ter portas abertas, atendendo a demanda da comunidade por Saúde Mental, que é cada vez maior, mas atualmente não temos equipe para isso".

O Dr. Alceu Gomes, que irá coordenar o Centro de Referência de Transtorno Autista (CERTA) relatou ao grupo o andamento dos trâmites para inauguração do Centro, que deve finalmente inaugurar até o final do mês de abril.

Dra. Cristiane Stracke, Médica Psiquiatra que está à frente da Coordenação de Atenção à Saúde Mental apresentou um detalhado relatório sobre o atendimento realizado no biênio 2021-2022, destacando a elaboração da Política de Saúde Mental, a atualização do Documento Orientador para Equipes de Saúde Mental e a realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde Mental, que teve como tema "A Política de Saúde Mental como Direito: pela defesa do cuidado em liberdade, rumo a avanços e garantia dos serviços da atenção psicossocial no SUS".

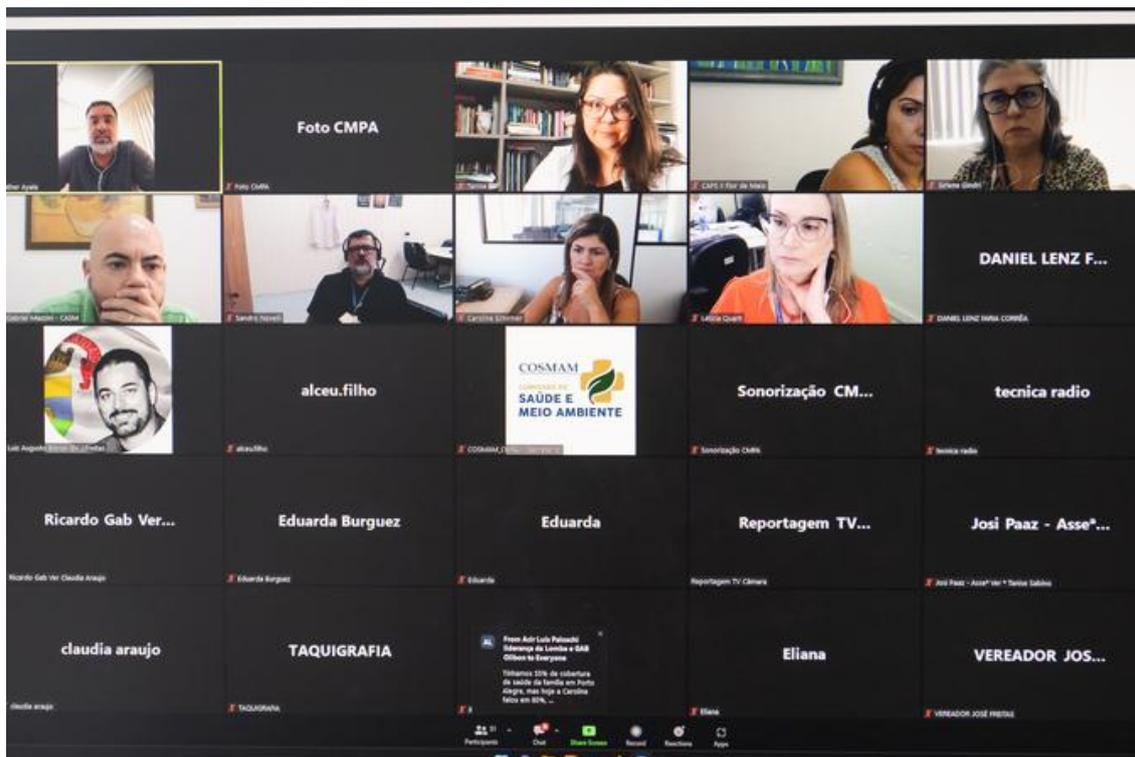
Em comum, no relato dos diferentes profissionais a necessidade de cada vez mais atuar em conjunto e aumentar o fluxo de comunicação nas diferentes instâncias de atendimento. Também foi destacada a necessidade de fortalecimento de uma rede de apoio para todos os profissionais que atuam na área da Saúde Mental.

Finalizando a reunião a Vereadora Tanise Sabino destacou que infelizmente um dos legados da pandemia do covid-19 é o aumento do

adoecimento mental: "Se por um lado cresceu a demanda por atendimento, também cresceu o reconhecimento da importância de discutir o tema da Saúde Mental." A parlamentar também reiterou a necessidade de ter mais CAPS - principalmente um Caps Infantil para a Zona Sul e um CAPS II para a região do Humaitá e Ilhas. "Precisamos qualificar a urgência e emergência, aceitar o desafio de atendimento dos CAPS com portas abertas para a comunidade e cuidar dos cuidadores, oferecendo-lhes ferramentas de atualização e capacitação", concluiu a vereadora.



## Saúde Mental em Porto Alegre: o que foi realizado e quais as perspectivas para os próximos dois anos.



Na manhã desta terça-feira (07/03), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) realizou um seminário para discutir a saúde física e emocional da mulher. O evento foi presidido pela vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB), que ressaltou a importância destes encontros para a orientação e avanço na luta dos direitos das mulheres. “Lutar pela igualdade de gênero, pela representatividade das mulheres em todas as esferas, pela igualdade social, lutar contra a violência de gênero e pela educação”, destacou a parlamentar.

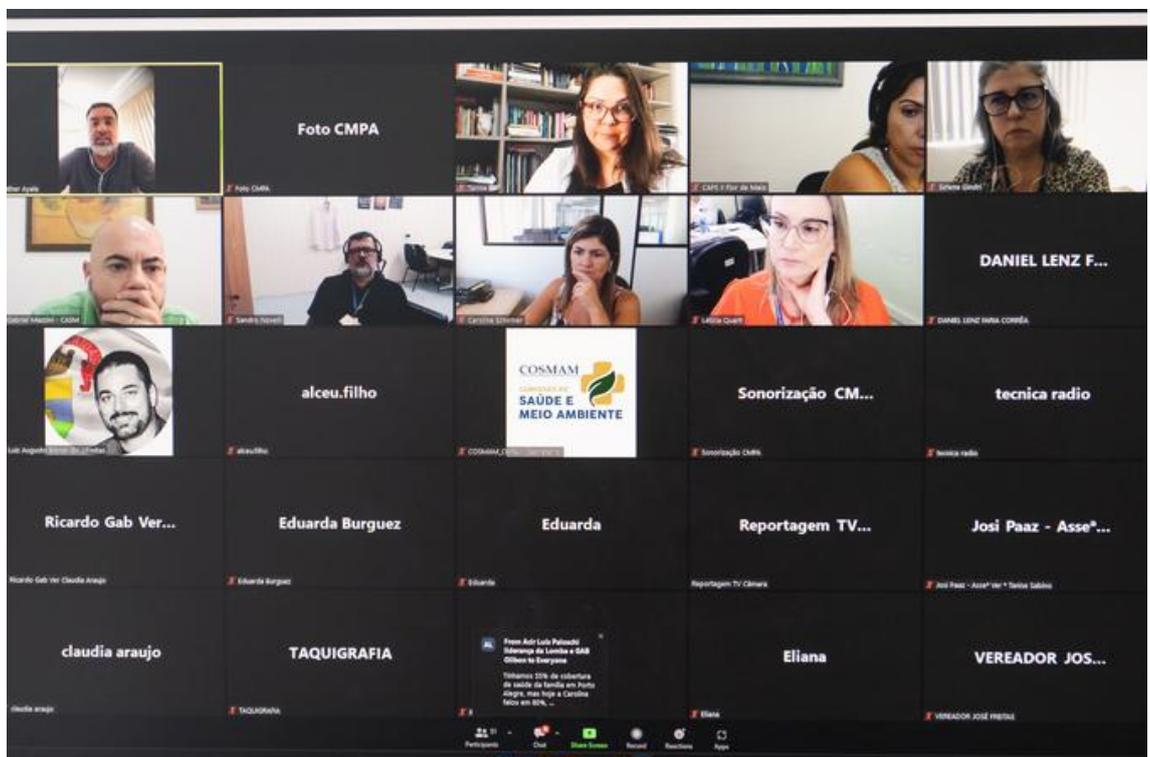
Representando a OAB/RS, a presidente da Comissão Mulher Advogada, Márcia Schwantes, trouxe dados sobre a violência contra as mulheres. No Brasil, mais de 50 mil mulheres sofreram diariamente violência no ano de 2022. Dentre os principais agressores, 31% são os ex-parceiros, 26% cônjuges, e 8,4% sofreram violência dos pais. “As pessoas não procuram, muitas vezes, ajuda por falta de provas, as violências acontecem na maioria dos casos dentro de casa”, informou Márcia.

A promotora de Justiça Karinna Orlandi ressaltou a importância da rede de apoio para as mulheres ou meninas vítimas de violência. Segundo a promotora, a Lei Maria da Penha é considerada pela ONU uma das melhores leis do mundo em termos de violência doméstica. “Este é um crime que as

instituições têm dado um tratamento diferenciado, para efetivamente proteger e auxiliar esta vítima”, esclareceu.

A fisioterapeuta especialista em Uroginecologia Funcional e Regenerativa, Carla Becker, conversou sobre a incontinência urinária feminina. Conforme a fisioterapeuta, uma pessoa já é considerada com incontinência com apenas uma ou duas gotas de urina. Muitos dos casos podem começar a ocorrer por conta de exercícios de esforço, muito comum em mulheres de 35 a 50 anos.

A secretária adjunta da Justiça e dos Direitos Humanos, Caroline Moreira, ressaltou a importância de dar atenção a todas as diversidades e pluralidades. “Quando falamos de mulher, temos que pensar que existem também mulheres trans, mulheres indígenas, não binárias e travestis. E todas estas mulheres merecem um tratamento diferenciado. Nós sofremos mais violências”, ressaltou.



## Dia Mundial da Água



Em alusão ao Dia Mundial da Água, comemorado na quarta-feira, 22 de março, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) recebeu vereadores da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre. A atividade aconteceu na manhã desta terça-feira, 21, nas dependências da Estação de Tratamento de Água (ETA) Moinhos de Vento.

O Dmae apresentou à Cosmam seus principais projetos e obras em andamento, que visam à qualificação no saneamento municipal e no atendimento à população, e ouviu dos vereadores e convidados dúvidas e questionamentos sobre a gestão de serviços executados na cidade. “É uma oportunidade de demonstrar como funciona o Dmae internamente e também ouvir as demandas da população que chegam por meio dos vereadores. Nessas datas comemorativas é importante lembrar a responsabilidade do Dmae e a corresponsabilidade de todo cidadão com o meio ambiente e o saneamento”, afirmou o diretor-geral do Departamento, Maurício Loss, antes de liderar a comitiva em uma visita às instalações da ETA Moinhos. Os visitantes acompanharam todo o sistema de tratamento de água na estação, desde a entrada de água bruta até a saída da água tratada nos filtros.

Estiveram presentes os vereadores José Freitas, presidente da Cosmam, Cláudia Araújo e Odacir Oliboni, membros da comissão, além de assessores da

Cosmam, o diretor-geral do Dmae, Maurício Loss, a diretora adjunta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre (Smamus), Cíntia Rockenbach, os professores Cristiano Poletto, doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, e Joel Goldenfum, doutor em Hidrologia, e ainda os diretores de Tratamento, Joicyneli Oliveira Becker, e de Desenvolvimento do Dmae, Marco Antônio Faccin.

O Dia Mundial da Água foi instituído em 1992 pela Organização das Nações Unidas (ONU) para estimular a discussão sobre a conservação e a proteção dos recursos hídricos no mundo.



## Castração, Leishmaniose e outros



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (28/03), para tratar da saúde animal, castração, leishmaniose e contratos terceirizados. Ficou encaminhada uma visita à Unidade de Saúde Animal e uma nova reunião sobre o tema, que foi sugerido pelo vereador Aldacir Oliboni (PT).

O vereador ressaltou que a pauta foi escolhida pois muitas clínicas estão fazendo as castrações, porém não recebem a totalidade destes procedimentos feitos. Segundo o vereador, atualmente o Gabinete da Causa Animal não recebe nenhum tipo de verba, o que acaba piorando o atendimento. “É importante o governo se sensibilizar pelo que a população traz para nós. As pessoas que tratam de uma causa tão importante como esta têm que ter pelo menos um orçamento mínimo. Para que qualquer recurso que entre seja visto como acréscimo”, informou.

A sócia-administradora da Clínica Veterinária ViviVet, Vanessa Garcia, falou sobre as dificuldades de ser uma clínica credenciada junto ao Gabinete Animal. No ano de 2022, a clínica castrou mais de 4 mil animais. Segundo Viviane, muitas vezes o tutor não tem condições de comprar os antibióticos, colar pós-cirúrgico e as roupas para serem utilizadas. “A cada animal que trazíamos para a clínica, nós entendíamos que não era somente uma castração. O impacto

social é muito maior do que o planejado. Muitos aqui são cuidadores que estão aqui somente pelos animais, este é o nosso papel”, afirmou.

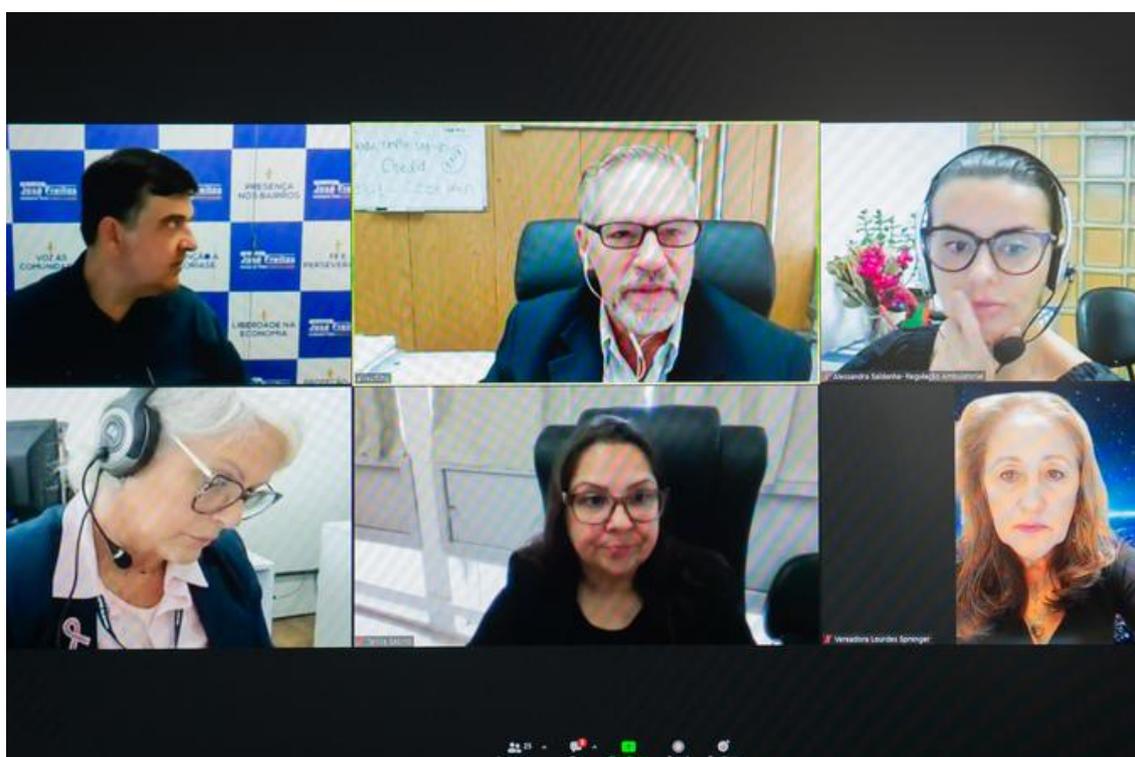
Representando o Gabinete da Causa Animal, a secretária Patrícia Martins informou que o gabinete faz todo o acompanhamento dos animais, com visitas ao local de origem, triagem e atendimento deles. Atualmente, existem nove clínicas credenciadas para a realização do programa de castração. Em relação a castrações, no ano de 2020 foram realizadas 4.541; no ano de 2021 foram 9.183 castrações; e no ano de 2022 foram 21.988 realizadas. “O programa está avançando mas muito o que melhorar também. Nós precisamos dos recursos para os animais. Nosso orçamento foi aprovado no ano passado e estamos planejados pra fazer o andamento do gabinete. Mas se tivermos mais emendas, conseguimos apoiar as clínicas”, ressaltou.

### **Leishmaniose**

O veterinário Tiago Conceição trouxe dados referentes à doença, que cada vez atinge mais animais na Capital. Há poucos anos a cidade foi considerada uma zona endêmica, onde a transmissibilidade é variável por conta da presença do mosquito vetor da doença. Alguns dos sintomas são o sangramento nasal, lesão de focinho, o aumento das unhas e conjuntivite generalizada. Porém, muitos animais são assintomáticos. É recomendado pelo Ministério da Saúde que animais positivos sejam eutanasiados, porém, segundo o veterinário, a eutanásia não é uma metodologia capaz de melhorar os casos humanos. “Quem trata animal com leishmaniose precisa entender que este tratamento é para o resto da vida. Este animal precisa de consultas e controles que precisam ser feitos com frequência”, explica.



**Centro de Referência do Autismo: atualização do projeto de Governo (funcionamento, encaminhamento, vagas, processo seletivo da equipe técnica, inauguração, serviços oferecidos, etc)**

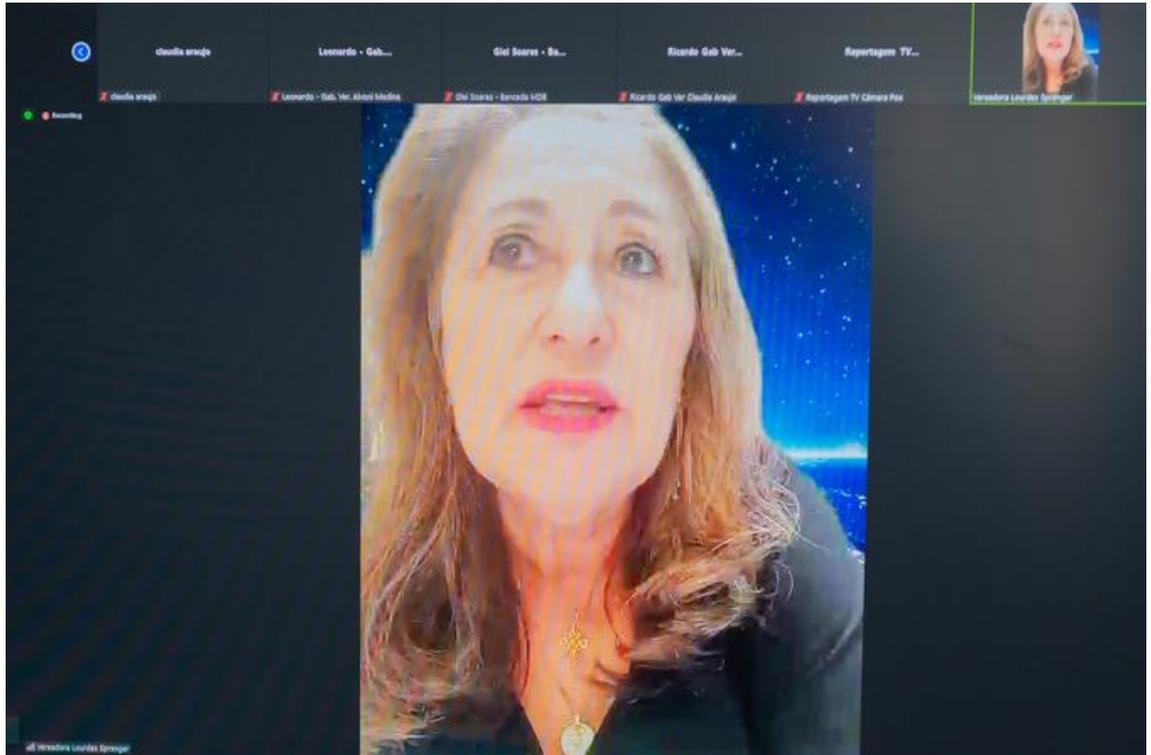


A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (4/4), para tratar sobre o Centro de Referência do Transtorno Autista. O tema foi proposto pela vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB).

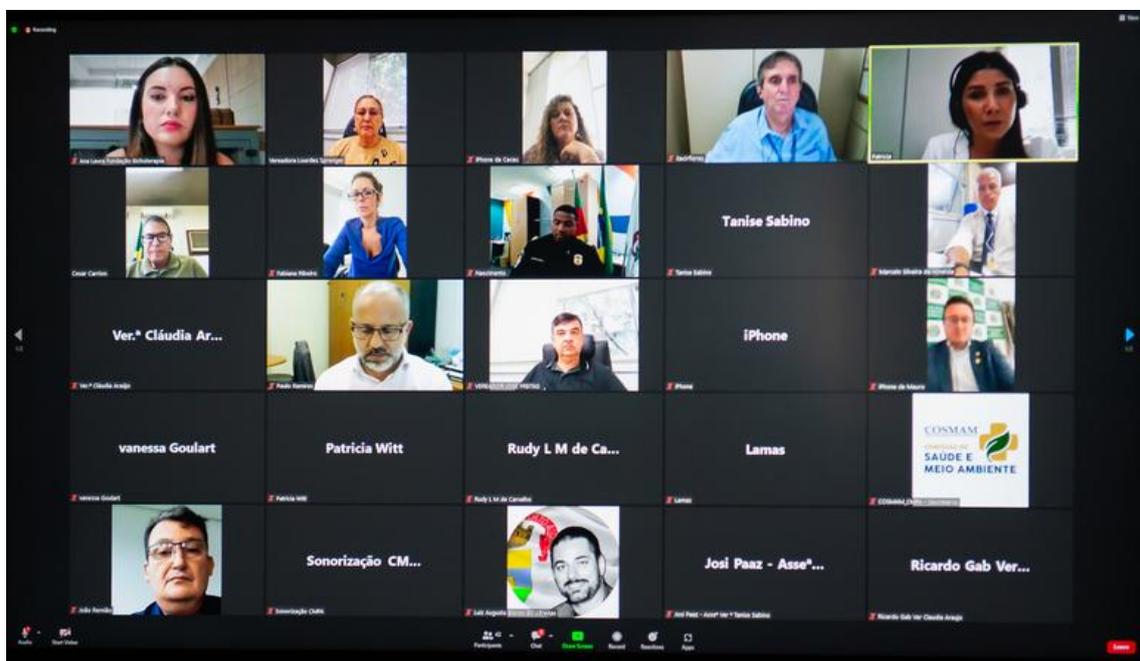
O presidente da comissão, vereador José Freitas (Republicanos), fez um comentário sobre o número de crianças e adolescentes autistas: "Eu meço pela igreja, onde temos a Escola Bíblica Infantil. Só em uma igreja, há 12 crianças autistas, ali no Partenon". O vereador também citou seu projeto, que está tramitando na Câmara, que dá assento preferencial para pessoas autistas em Porto Alegre.

A vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB) realizou um questionamento sobre o andamento do Centro de Referência do Transtorno Autista pelo Executivo, como o funcionamento, encaminhamento, vagas, processos seletivos e previsão de inauguração dos serviços. A vereadora fez referência ao projeto sancionado pelo prefeito Sebastião Melo que dá validade indeterminada aos laudos médicos para pessoas com Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Down, destacando que a lei teve origem em projeto de vereadores da Casa. A vereadora Lourdes Sprenger (MDB) fez um comentário sobre um projeto de lei feito por ela, há quase uma década: "Uma lei que eu propus, que era a proibição dos fogos, foi a pedido de pessoas que tinham filhos autistas. A Câmara não entendia bem ainda aquela situação", disse.

O psiquiatra Alceu Gomes afirmou que a previsão é que o Centro de Referência do Transtorno Autista (CERTEA) seja inaugurado no dia 5 de maio. "Estamos vendo a regulação, já temos um cadastro nacional de estabelecimento da saúde, já tivemos duas reuniões com a regulação e vamos ter mais algumas, para ver o CNCE, que vão ser as primeiras consultas que vão vir da rede". Gomes afirmou que toda criança que for realizar seu tratamento no CERTEA irá receber cuidado de todos os profissionais da equipe multidisciplinar, e que as crianças serão encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Saúde, onde serão diagnosticadas e dirigidas para tratamento individual.



## Crueldade Animal- Abril Laranja



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (11/04), para tratar sobre o Abril Laranja, mês da conscientização sobre maus-tratos aos animais. A pauta foi sugerida pela vereadora Lourdes Sprenger (MDB), que conduziu a reunião.

Lourdes explicou que o Abril Laranja se destina a conscientizar a população sobre os cuidados, direitos e proteção aos animais. Disse que a reunião tem por objetivo obter informações quanto às ações dos órgãos do município na proteção aos animais.

A secretária municipal da Causa Animal, Patrícia Martins, citou números do trabalho da Prefeitura em prol dos animais. Afirmou que em apenas três meses de 2023 a secretaria já recebeu mais de 700 denúncias sobre os casos de maus-tratos a animais. “Quando a gente chega no local e constata os maus-tratos, esse animal tem que ser recolhido. E muitos desses animais têm que ser albergados no nosso abrigo municipal”.

O presidente da EPTC, Paulo Ramires, contou sobre o trabalho que pretende diminuir os veículos de tração animal no município. Conforme ele, a lei 10.531 ajudou a combater os maus-tratos aos animais e é exemplo até para outros municípios. “A redução de veículos de tração animal na cidade de Porto Alegre teve mais efetividade após a lei. Então a gente vem exercendo esse programa, que já é uma atividade consolidada na EPTC e que conta com muitos parceiros.”

O representante da Secretaria de Segurança do município, Comandante Nascimento, comentou sobre a dificuldade do flagrante de maus-tratos ao animal. “Muitas vezes não conseguimos flagrar o ato, apenas encontramos sinais. E isso, muitas vezes, é difícil de configurar como maus-tratos, sem o apoio técnico”. O comandante afirmou que há especializações dentro da secretaria para melhorar o ato do flagrante para este crime.

O delegado César Carrion defendeu o aumento da pena pelo crime de maus-tratos aos animais. “Os animais domésticos são dependentes. Eles dependem da gente. Então, temos que fazer um trabalho de conscientização para que as pessoas tratem bem de seus pets”. O delegado declarou que a pena para o crime de maus-tratos é extremamente leve, de um a quatro meses de prisão e multa.

## Contratação de Médicos Intercambistas



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (18/04), para tratar sobre a contratação de médicos intercambistas. A pauta foi sugerida pela vereadora Mônica Leal (PP) e a reunião foi conduzida pelo presidente da Comissão, vereador José Freitas (Republicanos).

Mônica ressaltou sua preocupação com o programa Mais Médicos, que consiste na criação de 15 mil vagas para profissionais no SUS. Segundo a vereadora, o programa não resolve problemas estruturais da saúde pública brasileira. “Na minha visão, um dos pontos mais preocupantes é a falta de exigência da revalidação de diplomas para estrangeiros. O que acaba comprometendo a qualidade de atendimento à população”, explicou. É por meio do revalida que os médicos comprovam que estão aptos para a função e recebem a licença para atuar no país.

O presidente do Conselho Regional de Medicina do RS (CREMERS), Carlos Sparta, declarou que considera um retrocesso ao país o Mais Médicos. Quando foram contratados os médicos não foi feita nenhuma validação referente aos diplomas destes profissionais. Atualmente, o regime de contratação é através de uma bolsa de duração de três anos, renováveis por igual período. “Temos que validar a qualidade destes profissionais, que tipo de faculdade fez, se tem

conhecimento das doenças daqui do Brasil. Essa exigência do revalida é extremamente importante, pois quando um médico é aprovado no revalida é obrigado a se inscrever no CREMERS e assim ser fiscalizado, como todos os outros médicos”, afirmou.

Representando o Sindicato Médico do RS (SIMERS), Marcos Rovinski informou que nos últimos anos foram abertas 389 faculdades de Medicina. Nos últimos dez anos, constam mais de 17 mil vagas em aberto para médicos. Hoje, o Brasil possui 651 mil médicos, no ano de 2030, serão mais de 1 milhão. A Capital possui mais de nove médicos a cada mil habitantes, hoje 552 médicos pelo programa que foram dirigidos ao Estado que tem médico de sobra. “Se não for pensado nisso nós sempre teremos medidas paliativas. Nós precisamos é de uma carreira de Estado, que tenha remuneração, segurança e condições de trabalho adequadas. Enquanto não for isso teremos medidas que não resolvem”, salientou.

A Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS), representada por Dirceu Rodrigues, avalizou que não necessitamos do Mais Médicos, o que é necessário é a infraestrutura que consiste em melhores condições de trabalho, principalmente no interior do Estado. “Daqui de Porto Alegre a Novo Hamburgo temos seis faculdades de Medicina, este é um número de saturação preocupante. Em pouco tempo teremos um número excessivo de médicos e sem local para trabalhar”, disse.

O secretário de Saúde, Mauro Sparta, afirmou que o maior problema é a questão da infraestrutura. Hoje, muitas cidades do Estado não possuem médicos, o que acontece muitas vezes é o deslocamento de pacientes de outras cidades para ter atendimentos. “Nós precisamos ainda aperfeiçoar este programa, e o principal é dar prioridade aos médicos brasileiros formados e que não precisam fazer o revalida”, declarou.

## Construção Das Us Leopoldina E Coinma Pela Prefeitura Municipal De Porto Alegre



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (25/04), para tratar da construção das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) Leopoldina e Coinma pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A pauta foi sugerida pelo vereador Aldacir Oliboni (PT) e a reunião foi conduzida pelo presidente da Comissão, vereador José Freitas (Republicanos), e pela vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Oliboni ressaltou que ainda não houve retorno sobre a construção das unidades por parte do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e do poder público, que partiu de um acordo em 2016. O acordo trata do abatimento da dívida, no período de 2002 a 2011, do poder público com o Conceição, que gerou o valor de R\$ 32 milhões, que parte do IPTU, ITBI E ISSQN. Segundo o vereador, no Ministério Público ficou acordado que seriam construídas diversas unidades de saúde, dentre elas, a unidade de saúde dos Bairros Leopoldina e Coinma. “Percebemos o quanto é importante, não só a revitalização, mas a construção dessas unidades a partir do acordo feito”, afirmou.

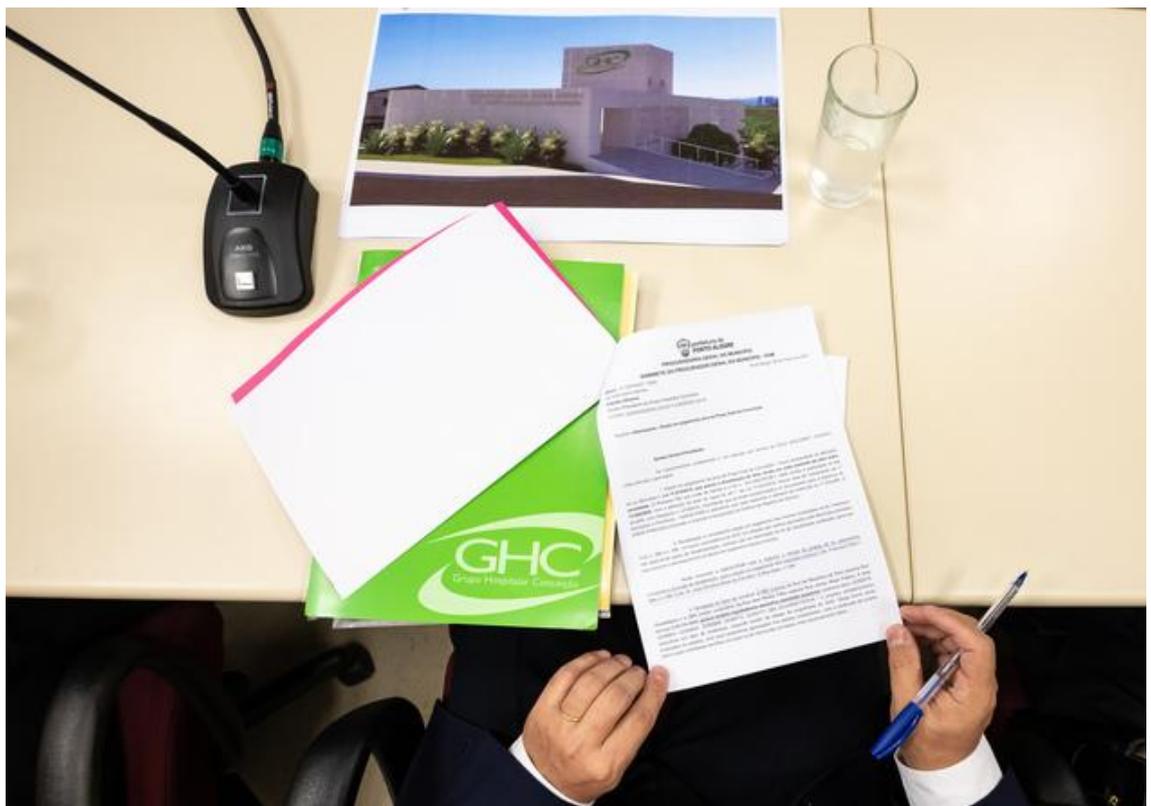
A diretora da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde, Caroline Schirmer, informou que estão no aguardo dos projetos arquitetônicos das unidades de saúde, para que sejam orçados os valores e prazos de entrega.

“A gente sabe que tanto o Leopoldina como o Coinma são unidades que necessitam, por ter sua estrutura muito precária no acolhimento”, evidenciou.

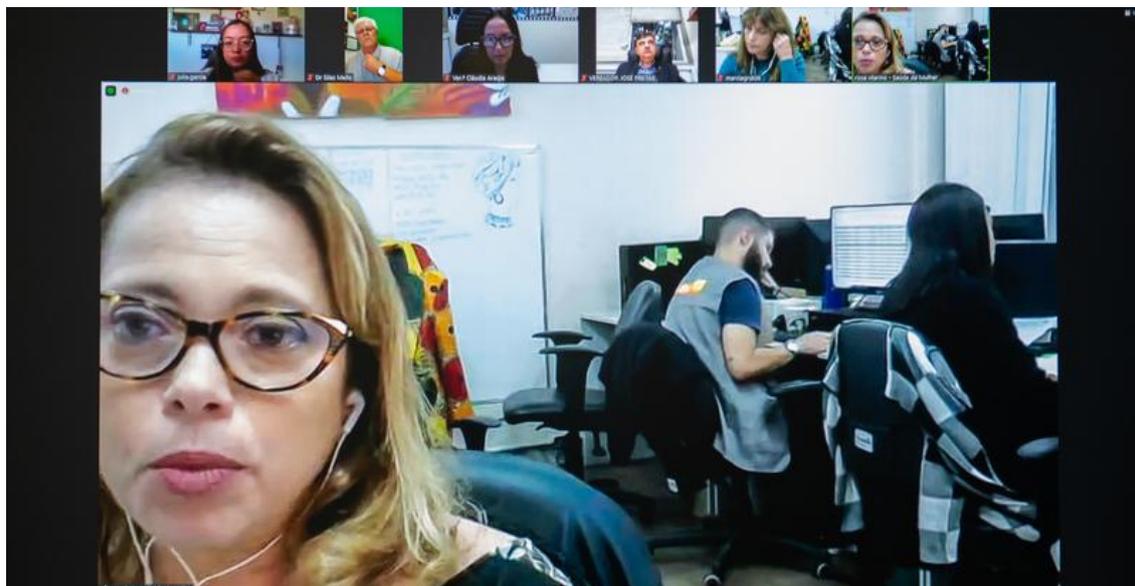
Representando o GHC, a gerente Carolina Gasperini informou que, por se tratar de um projeto de 2016, os valores estão desajustados, a dívida que era de R\$ 32 milhões teve um desconto e passou a custar R\$ 22 milhões. Carolina ainda falou que as unidades dentro deste valor são prioridade. “Dentro de todos os acertos deste processo, a prioridade são as duas unidades, porém temos que reajustar os valores. Tanto da dívida como dos orçamentos dos novos projetos”, pontuou.

O coordenador da Saúde Comunitária do GHC, Adiel Cunha, ressaltou que no ano de 2016 foi orçada a Unidade Leopoldina em R\$ 4,5 milhões, e a Unidade Coinma em R\$ 4 milhões. As duas unidades tiveram suas plantas aprovadas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Smamus), em consulta com a engenharia do Grupo Hospitalar Conceição, os projetos devem ficar prontos no final de maio.

Por fim, ficou encaminhada uma visita ao Grupo Hospitalar Conceição e aos postos de saúde Leopoldina e Coinma, em 40 dias.



## Endometriose: Aspectos Técnicos e Tratamentos



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou uma reunião na manhã desta terça-feira (2/5) para discutir o diagnóstico, o tratamento e as políticas públicas voltadas à endometriose. A pauta foi levada à comissão pela vereadora Cláudia Araújo (PSD).

O presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos), enfatizou que a doença atinge em torno de 7 milhões de brasileiras e pode levar à infertilidade. Ele afirmou que é preciso pensar em políticas públicas para atender a enfermidade.

A vereadora Cláudia Araújo explicou que “a endometriose é uma doença caracterizada pelo crescimento do endométrio – tecido que reveste o interior do útero – fora da cavidade uterina, ou seja, em outros órgãos da pelve, tais como as trompas, os ovários, os intestinos e a bexiga”. Ela enfatizou que a doença “gera sérios distúrbios”, como dores intensas e sangramentos, e defendeu que o município implemente um programa de saúde específico para a doença.

A vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB) destacou que a endometriose afeta o bem-estar das mulheres, trazendo dores incapacitantes. Ela ressaltou que as mulheres sofrem questionamentos e são desacreditadas sobre a gravidade da doença. “A endometriose é de difícil compreensão para aqueles que não a experienciam”, disse. A vereadora Lourdes Sprenger (MDB) afirmou que a

Secretaria Municipal da Saúde (SMS) deve dar maior atenção aos diagnósticos da doença.

Silas Mello, médico especialista em endometriose, destacou que a doença é caracterizada por cólicas menstruais intensas e que ela leva a alterações no funcionamento do organismo. Mello disse que o diagnóstico definitivo da enfermidade é feito apenas por videolaparoscopia, pois os focos de endometriose são inicialmente de um ou dois milímetros, e não há como se perceber esses focos por exames de imagem. Ele ressaltou que “a endometriose não tem cura, mas pode ser controlada”.

Julia Garcia, paciente de endometriose, relatou seu caso da doença, que envolveu dores crônicas e a necessidade de cirurgia, e afirmou que demorou 14 anos até ser diagnosticada. Ela disse que o Sistema Único de Saúde (SUS) precisa fornecer atendimento psicológico para as mulheres acometidas, e afirmou que “é humilhante se deparar com pessoas que não estão preparadas para acolher mulheres com endometriose”.

Rosa Vilarino, representante da área técnica da Saúde da Mulher da SMS, afirmou que há um procedimento estabelecido para mulheres que dão entrada na atenção primária relatando dores frequentes associadas às cólicas menstruais. Ela disse que é feita a avaliação do quadro e há um fluxo de encaminhamento para especialistas, para iniciar o processo de investigação. Utilizando dados de março, ela afirmou que o agendamento para investigação específica da endometriose demora seis dias para ser atendido, quando há prioridade alta, e 22 dias, em casos de prioridade média.

Márcia Grutcki, também da área técnica da Saúde da Mulher, enfatizou que “a rede está capacitada para reconhecimento dos casos”. Vanessa Ribeiro, ginecologista do Hospital Nossa Senhora da Conceição, afirmou que há deficiência no acesso a exames de imagem na rede primária e no acesso a medicamentos para tratamento clínico. Ela ressaltou que o Conceição dispõe de equipamentos capazes de fazer exames de imagem com alta qualidade – sem submeter a paciente à cirurgia de videolaparoscopia.

Em sua fala de encerramento, a vereadora Cláudia Araújo afirmou que “são milhares de mulheres que sofrem dessa doença silenciosa – mas que não é nada silenciosa para quem é acometida por ela”. A parlamentar destacou que a rede pública precisa disponibilizar com mais rapidez os exames de imagens, para que o diagnóstico seja feito de forma precoce.



## Semana Municipal de Enfrentamento e Conscientização sobre a Fibromialgia



Na manhã desta terça-feira (09/05), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) tratou sobre os avanços das políticas públicas para os fibromiálgicos em Porto Alegre. O proponente da pauta foi o presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos), que abriu a reunião lembrando que em 12 de maio é comemorado o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia. O parlamentar citou alguns dos sintomas da doença, como dor crônica no corpo todo, fadiga, sono não reparador, alterações de memória, ansiedade, depressão entre outras. “Eu levantei essa bandeira pra ver se a gente pode amenizar um pouco da dor desses pacientes”, declarou Freitas.

O vereador citou um [projeto](#), que virou lei em 2020, do colega Engenheiro Comassetto (PT), para priorizar o atendimento das pessoas com fibromialgia. Freitas também mencionou um [projeto](#), de sua autoria, para instituir a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia, que já está na ordem do dia. “As luzes externas da Câmara estão roxas, em alusão ao Dia da Fibromialgia e, no dia 25 de maio, será realizado um seminário sobre o tema, no Plenário Ana Terra”, avisou o parlamentar.

A líder da região sul da Anfibro, Heloisa Nery, contou que o grupo luta desde 2018 pelos pacientes com fibromialgia, além de outras doenças que geram dores crônicas. “O Rio Grande do Sul é o Estado mais atrasado em políticas públicas para fibromialgia, estamos perdendo pro Norte e pro Nordeste”, criticou. Por outro lado, ela ponderou a importância da iniciativa do vereador Freitas e da Câmara em trazer à luz o debate sobre a doença. Heloisa pediu mais capacitação das equipes de saúde pública no atendimento aos fibromiálgicos, além de inserir profissionais da área da saúde mental, tais como psicólogos.

A coordenadora do grupo Mulheres de Fibrá, Cláudia Lisboa, falou sobre a dificuldade do dia a dia das pessoas com fibromialgia. “A gente nunca sabe o dia de amanhã, é uma incerteza de como a gente vai estar”, desabafou. Segundo Cláudia, espera-se de um a dois anos para uma consulta com reumatologista ou fisiatra, e muitas vezes, o diagnóstico ainda é dificultado. “Nós não somos coitadas, a gente quer trabalhar, a gente quer viver. Só que pra isso, a gente precisa de ajuda”, solicitou.

Representando a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), na atenção primária à fibromialgia, Rosana Neiber afirmou que a preocupação da pasta não é somente com a confecção das carteirinhas (para o atendimento prioritário), mas também em dar atenção às pacientes com fibromialgia. Ela disse que são realizadas ações em alguns sábados, com emissão das carteiras e oferta de terapias alternativas, como reike, meditação e auriculoterapia; integrantes do projeto Viver Mais e Melhor, que trabalha com pacientes de doenças crônicas.

“Eu sempre peço que as emendas (parlamentares) possam vir para a fibro, a gente precisa de recursos para poder investir mais”, observou.

O diretor de atenção hospitalar e de urgências da SMS, Favio Telis, explicou que a fibromialgia é uma doença perversa, que ao mesmo tempo em que provoca dores, ainda gera um efeito econômico e social, pois geralmente afasta a pessoa do trabalho e até do convívio. “Infelizmente, para os próprios colegas que atendem, falta a questão da sensibilidade e da empatia”, afirmou. O médico e gestor apontou que a maioria que sofre com a doença é mulher, assim como boa parte das doenças reumáticas e crônicas. “Só em Porto Alegre, em torno de 10 mil pessoas sofrem com essas doenças”, complementou. Ele finalizou sinalizando com a possibilidade de ser criado um centro específico de tratamento da dor no município, para atender pacientes com dores crônicas.

Nos encaminhamentos da reunião, o proponente se colocou à disposição para aprimorar o atendimento desses pacientes e que futuramente haja esse centro, além de investimento em terapias alternativas para alívio dos sintomas.



## **A importância dos Psicólogos e Assistentes Sociais nas escolas - Como está a regulamentação da Lei Federal 13.935/2019 no município de Porto Alegre?**



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), da Câmara Municipal de Porto Alegre, se reuniu, na manhã desta terça-feira (16/5), para debater a implementação da Lei Federal nº13.935/2019 no município, que assegura a presença de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica. A pauta foi proposta à Cosmam pela vereadora Psicóloga Tanise Sabino.

Tanise Sabino informou que a lei previu um ano para regulamentação, e que esse prazo expirou em dezembro de 2020. “Hoje, completam-se exatos 2 anos, 5 meses e 5 dias que o prazo para a regulamentação desta lei expirou e pouco avançamos neste sentido”, desabafou a vereadora. Também destacou que “um dos legados da pandemia é o adoecimento mental. Por isso, tornou-se ainda mais importante a implementação desta lei”, destacando que “crianças e jovens estão com dificuldades de relacionamento no ambiente escolar”.

A parlamentar ainda fez um resgate de todas reuniões, pedidos de providência, requerimentos, indicativos e articulações feitas por ela em prol desta regulamentação desde 2021, e compartilhou o dado de que em todo o país 85

municípios já regulamentaram esta lei, sendo 11 em território gaúcho, conforme levantamento feito pelo Conselho Federal de Psicologia.

A vereadora afirmou que compreende as limitações de orçamento do município, e referiu que, inclusive, em sua trajetória profissional, já foi Secretária Adjunta de Planejamento Estratégico e Orçamento da Prefeitura de Porto Alegre e, justamente por isso, o objetivo da reunião é pensar em alternativas em conjunto para a implementação da lei. Contudo, ela vê a regulamentação da lei como uma resposta efetiva não apenas para os episódios de violência que tem deixado a comunidade escolar apreensiva, como também para atender a demanda crescente de formação e informação para a oferta de uma educação inclusiva. A vereadora também lembrou da possibilidade de utilização de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o pagamento do salário dos profissionais a serem contratados, como a própria lei sugere.

A Vereadora Psicóloga Tanise Sabino cobrou a apresentação de um estudo, por parte da prefeitura, para dimensionar o número de psicólogos necessários para atender a rede municipal, incluindo o quantitativo de quantos profissionais podem ser viabilizados em um primeiro momento. “Existe o ideal e o real. Vamos ver com quantos psicólogos podemos começar agora, ainda nesta gestão, e aos poucos aumentando o número de psicólogos e assistentes sociais para atender toda a rede municipal”, salientou Sabino.

Tanise compartilhou a informação de que a Prefeitura nomeou 17 psicólogos nos últimos dois anos, sendo 8 para Secretaria Municipal de Saúde (SMS), 8 para Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), 1 para o DMAE, mas nenhum não para a Secretaria Municipal de Educação (SMED).

Maria Marta Oliveira, representante do Conselho Regional de Psicologia, defendeu que “trabalhar as relações humanas pode ajudar a diminuir a violência nas escolas. “Para além do diagnóstico e da medicalização, precisamos de profissionais pra auxiliar o trabalho dos professores”, afirmou.

Gabriel Godoy, representante do Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul, afirmou que “as escolas são um dos primeiros espaços de socialização, onde nos encontramos com a diversidade”. Por isso o profissional defendeu a presença dos psicólogos nas escolas também como agentes incentivadores da construção da cidadania.

Mara Lago, da Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria Municipal da Saúde, compartilhou sua experiência pessoal como psicóloga escolar e as

grandes vantagens desta presença como ferramenta de apoio à comunidade escolar.

### **Limitações orçamentárias**

Mário de Lima, Secretário Adjunto da Smed, afirmou que o mérito da lei é indiscutível, mas ressaltou que “há limitações orçamentárias para atender aos direitos concedidos e que os gestores precisam fazer escolhas”. Também informou que, em 2022, a Smed solicitou à Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (Smap) a contratação de 16 psicólogos, mas o pedido foi indeferido pelo comitê de pessoal da prefeitura.

André Coronel, chefe de gabinete do prefeito Sebastião Melo, afirmou que “o governo tem a compreensão de que o momento pós-pandemia está exigindo uma atenção para políticas públicas de saúde mental, não só em escolas, mas na assistência social e na sociedade como um todo”. Ele enfatizou que, assim como há uma lei determinando a presença de psicólogos e de assistentes sociais na educação, também há a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impõe limites às despesas com pessoal.

Coronel afirmou que a prefeitura está estudando o modelo de implementação da lei e que ainda não há definição sobre se o serviço será terceirizado ou se será realizado concurso público.

Em relação ao questionamento sobre a utilização do Fundeb, Roberto Mota, procurador da Procuradoria-Geral do Município, afirmou que a legislação possibilita que os recursos do fundo sejam integralmente destinados à folha de pagamento dos professores, que é o caso de Porto Alegre.

A vereadora Tanise Sabino agradeceu a todos que estiveram presentes na reunião prestando esclarecimentos, mas confessou a frustração pelo fato da reunião ter sido informativa e não resolutiva, e sugeriu encaminhamentos concretos para que a pauta avance:

- Definição, por parte da prefeitura, de um estudo que abarque o número de profissionais que podem ser contratados pela atual gestão.

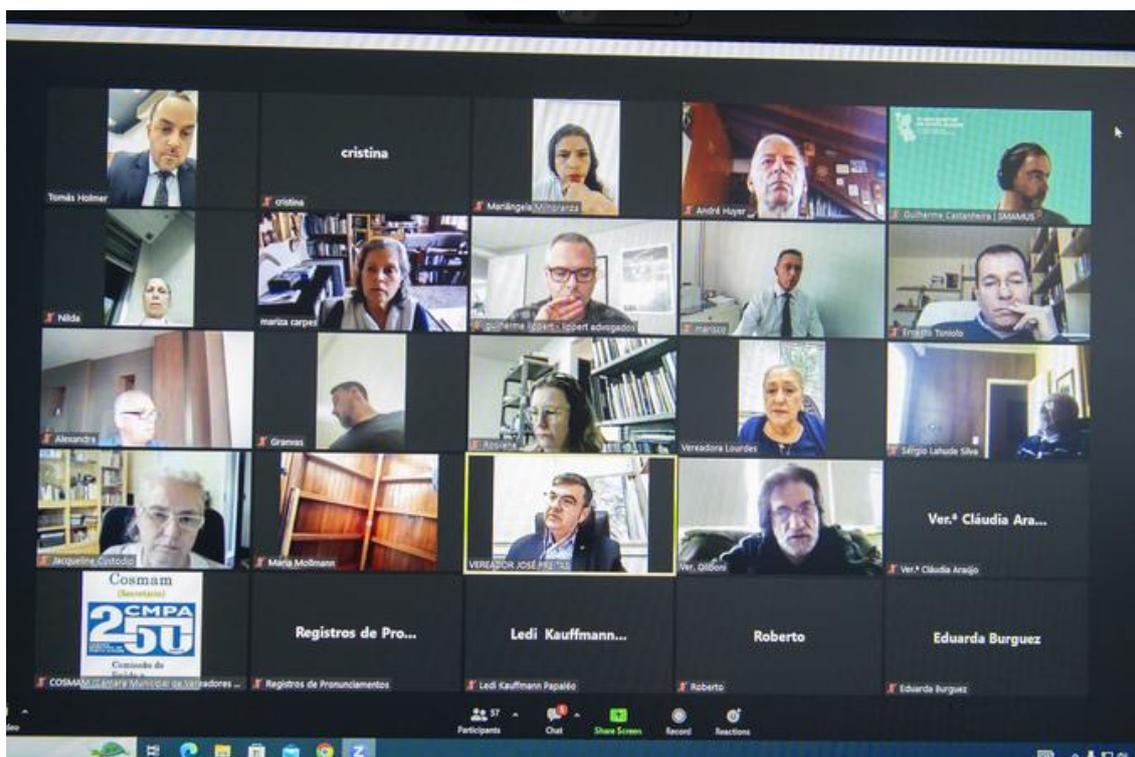
- Realização de visitas e reuniões com os municípios gaúchos que já regulamentaram a Lei 13.935/2019, para a construção de alternativas viáveis para que essa seja regulamentada também em nossa capital.

-Nova reunião da COSMAM para a devolutiva dos encaminhamentos acima.

- Agendamento de uma audiência pública para tratar sobre a implementação da lei n.º 13.935/2019 no município de Porto Alegre.



## Servidões nos bairros Vila Assunção e Vila Conceição



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (23/5) para tratar de servidões nos bairros Vila Assunção e Vila Conceição. A pauta foi levada à Cosmam pela vereadora Lourdes Sprenger (MDB). O presidente da comissão, vereador José Freitas (Republicanos), conduziu a reunião. Ficou encaminhada uma visita aos bairros para conhecimento do local e das passagens que possuem urgência de intervenção.

Lourdes ressaltou que a pauta é uma solicitação da comunidade e que os problemas não são somente as passagens, mas também todo entorno do bairro. Existem buracos que foram mal tapados em cima de um calçamento que já é padrão e histórico do bairro. “São demandas que vieram, que eu sozinha entendi que deveria agregar e trazer para a comissão. Para outros vereadores contribuïrem para os encaminhamentos e soluções”, afirmou.

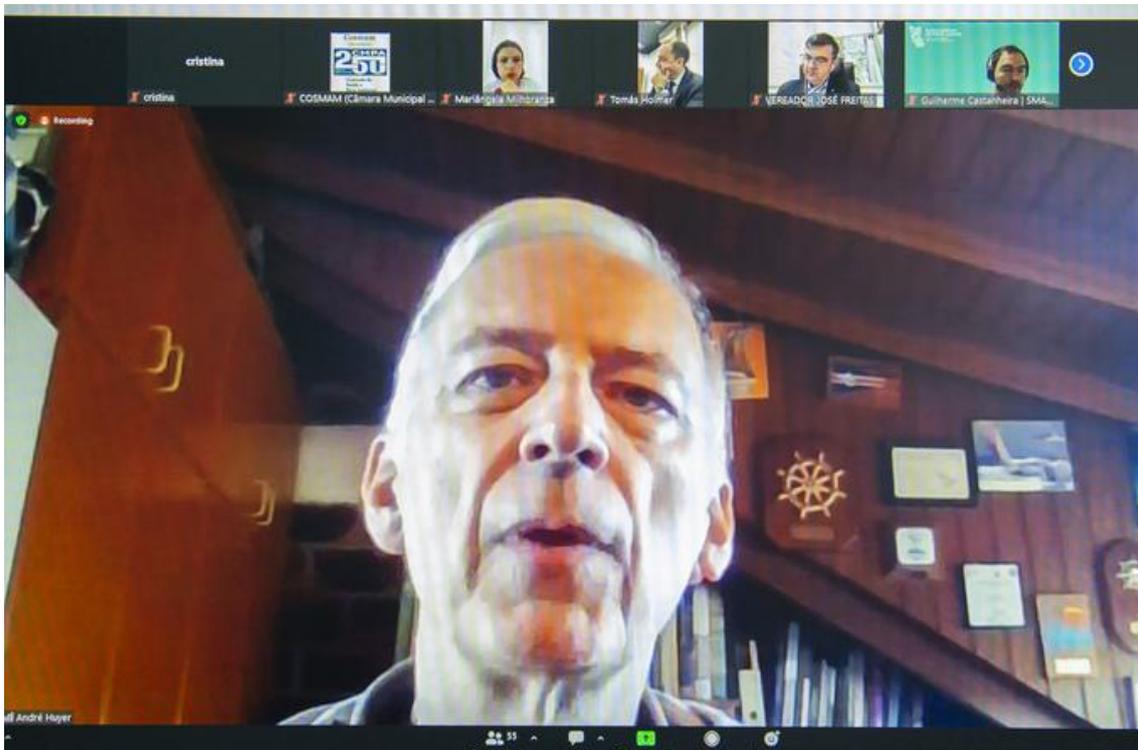
André Hoyer, arquiteto e morador do bairro, informou que há mais de 10 anos existe o problema de degradação das passagens de pedestres. O bairro foi urbanizado em 1937, e foi arquitetado com o conceito de cidade jardim. Neste conceito, as ruas eram em xadrez, o bairro possui muitas praças e foram criadas

passagens de pedestres para unir as ruas. Algumas delas ficaram muito compridas e a prefeitura acabou vendendo algumas passagens de pedestres sem consultar os moradores ou outras secretarias. “Falta manutenção por parte da prefeitura e dos compradores de passagens, muitas delas foram invadidas”, falou.

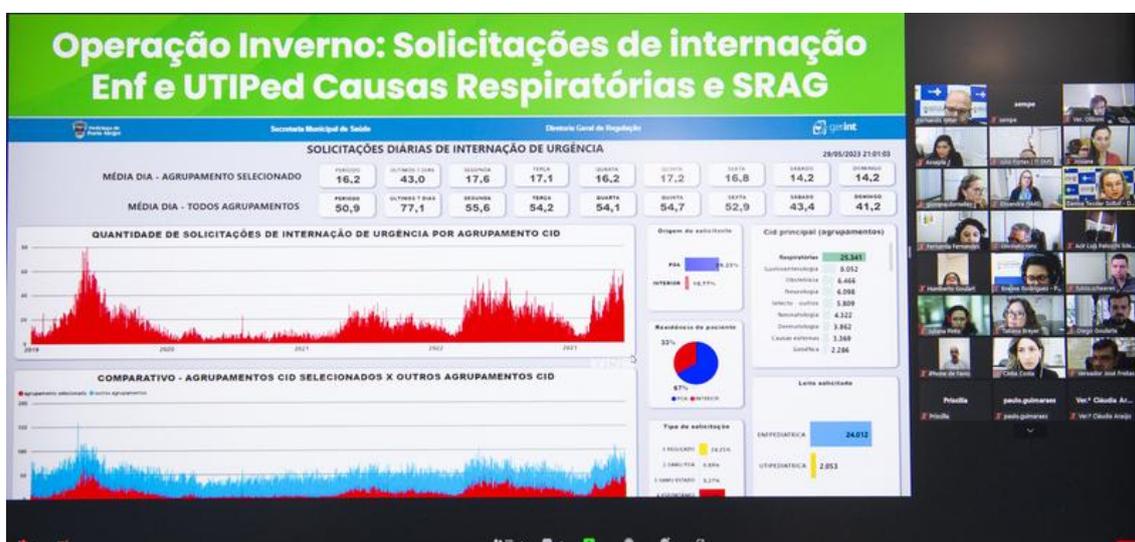
O procurador Nelson Marisco, da Procuradoria-Geral do Município, relatou a existência de um grupo técnico feito por arquitetos do município que tratou das passagens. Esse grupo analisou todas as possibilidades de atuação do município. Envolve reintegração de posse e alguns casos de consulta à comunidade para saber o que fazer com as passagens são julgadas e não conseguem a medida liminar para a retirada destas pessoas. “Trata-se de patrimônio público que não pode ser tomado por ninguém, se perder a ação pode ser mais uma passagem perdida”, disse.

Guilherme Castanheira, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus), disse que uma das passagens mais importantes vai ser retomada, a passagem que liga a orla até a igreja. Existe o mapeamento com a identificação de cada uma das passagens. Deve ser feita a revisão do Plano Diretor e nele vai ser discutido da Vila Assunção e de todo seu entorno.

Ficou encaminhada a visita para conhecimento do local e das passagens que têm mais urgência, junto do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), serviços auxiliares e a própria Smamus.



## Audiência Pública - Apresentação do 1º quadrimestre



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou audiência pública nesta terça-feira (31/5) para apresentação do relatório das metas da saúde do primeiro quadrimestre de 2022. A reunião, conduzida pela presidente da comissão, vereadora Cláudia Araújo (PSD), teve a participação do secretário municipal da Saúde, Mauro Sparta.

O secretário falou sobre as medidas permanentes da Prefeitura contra a Covid-19; o serviço de atendimento à população; a atualização do plano de operação da vacina e a disponibilidade de mais de 100 leitos. Mostrou um comparativo dos casos de Covid de 2021 para 2022, que aumentou, porém, ressaltou que diminuiu a taxa de gravidade da doença por causa da vacina. Citou também a liberação da quarta dose para a população com 60 anos ou mais.

Sparta também falou sobre os casos de dengue. Disse que houve três mortes por causa da doença e que todas possuíam comorbidades. Destacou ainda o aumento no número de casos de dengue comparado com o ano passado. O secretário também disse que seria interessante fazer “uma sintonia” com as secretarias de Saúde de cidades da Região Metropolitana para que os pacientes em estado menos grave possam ser atendidos em suas cidades, liberando assim

leitos para pacientes de maior gravidade tanto destes municípios quanto os da Capital.

Cláudia Araújo concordou com o secretário que deveria ser feito algum acordo entre as prefeituras da Região Metropolitana e a Prefeitura da Capital no sentido de enviar para Porto Alegre apenas pacientes de alta complexidade. " A Secretaria de Saúde pode contar com a Cosmam e com a Câmara em ações que busquem sempre a melhoria no atendimento à população", afirmou a presidente da comissão."

### **Pacientes Entidades de Saúde Mental - Quem cuida? SMS ou SMDS?**



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (6/6) para tratar sobre as competências da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) no cuidado com pacientes e entidades de saúde mental. A proponente da pauta foi a vereadora Cláudia Araújo (PSD). O presidente da comissão, vereador José Freitas (Republicanos), conduziu a reunião.

Cláudia fez uma apresentação inicial em que destacou que as casas de acolhimento, que prestam atendimento na área de saúde mental, se veem em um “limbo” entre secretarias municipais. Ela ressaltou que a parceria entre a prefeitura e as entidades de saúde mental deve ser formalmente estabelecida e que “a gestão e a operação dessas casas envolvem questões burocráticas e regulatórias” e “o cadastro pode ser complicado e demorado”. A vereadora afirmou que “o sistema de acolhimento da cidade está no limite” e defendeu que a prefeitura precisa ajudar na regularização da situação, por meio da desburocratização.

Viturugo Miranda, do conselho de administração da Casa do Menino Jesus de Praga, cobrou articulação e diálogo entre as secretarias para resolver o que chamou de “imbróglio” – as dificuldades burocráticas com que as entidades se deparam. Ele utilizou como exemplo o caso de sua instituição, afirmando que, para além do acolhimento, ela realiza atendimento de saúde de média e alta complexidade. Miranda defendeu que, nesses casos, a competência deveria recair para a Saúde, e não para a Assistência Social.

Leopoldo Moreira, presidente do Instituto Social CrêSer (Icreser), afirmou que as entidades precisam lidar com mais de um órgão municipal, e que faz falta um trabalho conjunto entre as secretarias para auxiliar as instituições com a burocracia. Ele sugeriu à prefeitura a criação de uma comissão envolvendo diferentes secretarias para fazer a intermediação com as entidades. Mariana Diefenthaler, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), afirmou que as dificuldades apontadas são “sintoma da falta de diálogo entre a iniciativa privada e o Poder Público”.

## **Adoecimento**

Patrícia Mônaco, da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), afirmou que a questão da saúde mental requer políticas públicas para além da Saúde, e destacou que o adoecimento “diz de todos nós”. Mirela de Cintra, da Fasc, afirmou que há não um limbo, mas sim uma “zona cinzenta compartilhada” entre a Saúde e a Assistência Social.

Larusha Krás Borges, representante do Conselho Municipal de Assistência Social (Cmas), afirmou que “a resposta à pergunta sobre quem é responsável pelo cuidado em saúde mental é: a cidade de Porto Alegre”. Ela disse que é preciso, enquanto cidade, “dar uma resposta capaz de oferecer dignidade e promover cuidado e visibilidade” às pessoas.

Gabriel Mazzini, psicólogo da Coordenação de Atenção à Saúde Mental da SMS, fez uma defesa das políticas antimanicomiais e afirmou que “só estamos falando dessas pessoas pois agora elas estão visíveis” – antes, sofriam com a invisibilização das internações de longa duração em hospitais psiquiátricos, disse.

“Ainda não conseguimos implementar a rede necessária para cuidar da saúde mental”, afirmou Mazzini. Ele destacou, ainda, que a SMS e a Fasc têm realizado reuniões quinzenais para lidar com demandas como as apontadas pelas entidades à Cosmam.

Nos encaminhamentos, a vereadora Cláudia Araújo propôs a realização de uma nova reunião da Cosmam sobre a pauta e a solicitação de criação de uma comissão especial junto às secretarias para tratar do tema, de forma pontual. Ela também destacou a importância da capacitação para a prefeitura dar informações sobre acolhimento para as entidades.



## Meio Ambiente, Saúde Animal E Mudanças Climáticas



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (13/6) para debater meio ambiente, saúde animal e o impacto das mudanças climáticas. A pauta foi levada à comissão pela vereadora Lourdes Sprenger (MDB). O presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos), conduziu a reunião.

A diretora de políticas e projetos de sustentabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus), Rovana Bortolini, fez uma apresentação sobre as ações da secretaria no âmbito das mudanças climáticas. “Precisamos urgentemente colocar Porto Alegre em um sistema energético de baixo carbono”, disse. Ela ressaltou que, na COP 26, a Capital adotou o compromisso de zerar as emissões de carbono até 2050, e que as mudanças climáticas trazem riscos como calores extremos, enchentes e proliferação de vetores de doenças.

Rovana citou dados que mostram que, em Porto Alegre, o transporte – em especial, o transporte privado por carros – é o maior emissor dos gases que causam o efeito estufa, com cerca de dois terços do total de emissões. A prefeitura realizou um estudo, com recursos da Google, sobre a eletrificação da frota de ônibus do transporte coletivo, que mostrou que a iniciativa é viável. A diretora afirmou que a prefeitura tem se empenhado em conseguir recursos para a eletrificação, que demanda alto capital.

Rovana abordou o projeto de despoluição do Arroio Dilúvio, afirmando que está em elaboração uma operação urbana consorciada, em que a prefeitura buscará recursos por meio da venda de índices construtivos e os destinará para a despoluição e para a construção de um parque linear na Avenida Ipiranga. Ela afirmou que será contratada uma consultoria especializada para avaliar os aspectos ambientais, econômicos e jurídicos do projeto. A diretora também apresentou outras ações da secretaria, como rooftops sustentáveis, terrários urbanos, biodigestores em escolas, hortas urbanas comunitárias e o projeto do [IPTU Sustentável](#), aprovado pela Câmara.

## **Dengue**

A chefe da unidade de vigilância sanitária da Secretaria Municipal da Saúde, Denise Garcia, fez uma apresentação sobre as competências do órgão e falou sobre o aumento de casos de dengue na Capital. Ela afirmou que as mudanças climáticas favorecem o aparecimento em Porto Alegre de doenças tropicais, como dengue e leishmaniose, que anteriormente eram comuns apenas em outras regiões, mais quentes, do país.

Em resposta a questionamentos dos vereadores, ela reconheceu que os autos de infração, encaminhamentos e notificações da vigilância sobre a dengue “têm que ser mais efetivos”. Conforme Denise, “o inverno é estratégico para que a gente melhore a situação e minimize o número de casos”, a partir de mobilizações e campanhas de informação junto à população.

Patrícia Witt, chefe da Divisão de Pesquisas e Coleções Científicas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), afirmou que as mudanças climáticas provocam “uma alteração significativa no comportamento da biodiversidade” e a “proliferação de vetores e de doenças infecciosas que afetam tanto a saúde dos animais quanto a saúde da população humana”. Ela destacou que “a conservação da biodiversidade e o bem-estar humano estão relacionados, e isso começa na cidade, pois nós vivemos nas cidades”.

## **Poluição luminosa**

O médico Silvio Luiz Doninelli chamou atenção para os problemas causados pela poluição luminosa na Capital. Ele afirmou que a troca das luminárias públicas por lâmpadas LED brancas impacta seres humanos, a fauna e a flora, e defendeu a utilização de luzes na cor âmbar – que, segundo ele, não causam prejuízos ao meio ambiente. Como encaminhamento, o vereador José

Freitas sugeriu a realização de uma reunião específica da Cosmam para tratar sobre o tema.



## Ação De Prevenção E Tratamento De Queimaduras



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) da Câmara Municipal de Porto Alegre abordou, na manhã de ontem (27/6), a prevenção de acidentes que resultam em queimaduras. A pauta foi sugerida pela vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB), e integra o rol de ações da programação do Junho Laranja de Prevenção às Queimaduras.

Junho Laranja é uma Lei Municipal de autoria da vereadora Psicóloga Tanise Sabino, aprovada no mês de abril deste ano e sancionada pelo prefeito, sendo a Lei Nº 13.449/23, que inclui a efeméride Junho Laranja – Mês de Luta Contra Queimaduras no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre. O mês tem como objetivo trabalhar a conscientização das pessoas quanto aos fatores de risco e prevenção, ampliando o debate com a população, instituições públicas e privadas. Conforme a vereadora Tanise Sabino “o Junho Laranja, mês de luta contra queimaduras, é uma iniciativa para abordar, abertamente, as suas causas e as formas de prevenção e tratamento, trazendo conhecimento e mais segurança ao dia a dia, afinal, a maioria dos acidentes são domésticos”.

A vereadora Psicóloga Tanise Sabino ressaltou que a ideia de fazer a Lei do Junho Laranja foi um pedido de uma vítima de queimadura, Ana Paula Rodrigues, que solicitou mais visibilidade à causa.

O coordenador da Unidade de Queimados do Hospital de Pronto Socorro (HPS), Tiago Fontana, e a coordenadora da UTI de Trauma Pediátrico do HPS, Renata Brasil, apresentaram dados sobre os acidentes e destacaram a importância da prevenção para evitá-los. Fontana disse que o HPS faz dois mil atendimentos por queimaduras anualmente. "Entre 80% e 90% deles são evitáveis. E 80% dos acidentes com crianças são na cozinha. Ou seja, lugar de criança não é na cozinha."

Renata Machado Brasil, Coordenadora da UTI Trauma Pediátrico do HPS, informou que, no ano de 2022, houve 244 internações por queimaduras na UTI, 88 delas de crianças. Ao reforçar a defesa da prevenção, a coordenadora citou outro dado: "no período de férias escolares aumenta o número de acidentes com crianças, que ficam em casa às vezes sem um acompanhamento adequado".

A Suyan Ribeiro, Biomédica e Membro da Equipe do Banco de Tecidos da Santa Casa de Porto Alegre, em sua manifestação falou dos tipos de queimaduras (1º, 2º, 3º e 4º grau), as funções do banco de tecidos, sobre a captação de pele e processamento e sobre amniótica humana.

Estiveram presentes na reunião, duas convidadas pela COSMAM, Ana Paula Rodrigues e Fernanda Basso, ambas vítimas de acidentes com queimaduras causadas por lareiras ecológicas, que contaram como se feriram e as sequelas físicas e emocionais que tiveram. Ana Paula Rodrigues, que teve 30% do corpo queimado, defendeu um melhor atendimento psicológico às vítimas após os acidentes. "A gente fica, não apenas com a saúde física prejudicada, mas com a saúde mental muito afetada. Eu mesma tive depressão, e ainda há muitas pessoas escondidas em casa com vergonha de sair".

A arquiteta Fernanda Basso disse que se acidentou com uma lareira ecológica (que utiliza álcool como combustível) quando visitava um imóvel de um cliente. Ela também teve 30% corpo queimado e ficou 40 dias na UTI. "Depois do acidente, comecei a pesquisar sobre estes equipamentos e descobri que não há uma certificação que ateste a segurança deles".

No fechamento da reunião, a Vereadora Psicóloga Tanise Sabino disse que "a reunião foi impactante por trazer os dados sobre os acidentes e também os depoimentos de vítimas". Afirmou que as informações levadas à comissão reforçam a importância da prevenção e de campanhas como o Junho Laranja.

Quanto às lareiras ecológicas, sugeriu que a COSMAM analise a possibilidade de um projeto de lei disciplinando o uso dos equipamentos na cidade.

Estiveram presentes Tiago Fontana (Enfermeiro, Mestre em Enfermagem, Coordenador de Enfermagem da UTI de Queimados do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre); Renata Brasil, coordenadora da UTI pediátrica; Suyan Ribeiro, Biomédica e Membro da Equipe do Banco de Tecidos da Santa Casa de Porto Alegre; Luiz Ronaldo Huber, gerente de administração do Hospital Cristo Redentor (HCR); Fumagali, Bombeiro Civil; e as pacientes Ana e Fernanda; servidores municipais da saúde, da Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa.



## Parque Harmonia



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (4/7) para debater o projeto do Parque Harmonia. Ao final da reunião, a Cosmam decidiu que irá oficiar o Executivo para pedir a interrupção das obras. A pauta foi proposta pelo vereador Aldacir Oliboni (PT), e o encontro foi conduzido pelo presidente da comissão, vereador José Freitas (Republicanos).

Oliboni afirmou que o parque está sendo descaracterizado e que há uma “destruição ambiental” ocorrendo no local. Ele disse que o cenário atual da obra é “impactante”. O vereador destacou que a remoção de árvores causa perda da biodiversidade local, impacta as espécies animais e a qualidade do ar e degrada o solo, o que pode causar alagamentos no entorno. A bacia de amortecimento da água não existe mais no local, afirmou, ressaltando que está sendo colocado piso de concreto onde antes havia vegetação.

Ele destacou que os ruídos de shows nos finais de semana afetam a população dos bairros próximos e os frequentadores da orla. O vereador questionou se o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) está sendo cumprido. “A empresa não pode estabelecer modificações no projeto aprovado a seu bel-

prazer”, disse Oliboni. Ele pediu a paralisação das obras e a reavaliação do projeto em execução.

A vice-presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Simone Azambuja, fez uma apresentação sobre a história e a concepção do Parque Harmonia. Ela mostrou registros dos anos 1980 que apontam que o Porto dos Casais – nome original do parque – foi projetado com sensibilidade ao ambiente natural e que seria destinado para a prática de esportes e para o lazer. Ela ressaltou que o local era utilizado para depósito de materiais de construção e de limpeza e foi regenerado para o estabelecimento de um parque.

Pietro Boscardin, sócio-conselheiro da GAM3 – concessionária do parque –, afirmou que a empresa tem autorização para remoção de vegetação, com a remoção de 432 árvores e compensação de 1.906 novas árvores. “É uma compensação de cinco para um, respeitando a natividade”, disse. Ele afirmou que a maior parte das árvores removidas era exótica, e que parte delas apresentava risco fitossanitário. Boscardin destacou que a concessionária tem responsáveis técnicos, e que o projeto conta com acompanhamento técnico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus).

“Nenhuma árvore foi retirada sem a devida autorização”, disse Carla Deboni, diretora da GAM3. Ela destacou que a empresa está cumprindo obrigações legais e contratuais, e afirmou que o projeto passou por pequenas modificações, como obras de acessibilidade, que não alteraram a concepção da obra.

O diretor de Áreas Verdes da Smamus, Alex Souza, disse que “há muita desinformação” em relação ao projeto. Ele afirmou que há supressão de árvores exóticas e plantação de espécies nativas. O espaço “será transformado em um ambiente rico”, disse, destacando que “todo o processo é acompanhado por técnicos da secretaria”.

Paulo Brack, diretor do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá), apresentou fotos das obras e disse ter ficado chocado com o que presenciou. Ele afirmou que a área é uma “terra arrasada” e que as falas do representante da Smamus correspondem a um “mundo paralelo”.

“O campo do Parque Harmonia está sendo destruído”, disse. O estado é de “devastação total” e de “calamidade”, com prejuízos para a fauna do local, segundo Brack. Ele mostrou imagens de entulhos acumulados e de asfaltamento em cima de raízes de árvores. “Não existe nenhum cuidado em relação à

vegetação”, disse. Brack afirmou que pedirá intervenção do Ministério Público para interromper as obras.

### **Encaminhamentos**

“Esta comissão não será omissa diante de tudo o que se ouviu aqui”, afirmou o presidente da Cosmam, José Freitas. Ficaram definidos como encaminhamentos, a partir de proposta do vereador Oliboni, que a comissão fará uma visita ao parque na próxima terça-feira (11/7), às 14h – e que, até lá, a concessionária e a prefeitura irão apresentar à Cosmam toda a documentação relativa ao projeto. Os vereadores também decidiram que a comissão irá subscrever o pedido de paralisação das obras, por meio de um ofício ao Executivo municipal.



## **Instituto de Cardiologia**

### **Cosmam e Cedecondh discutem a situação do Instituto de Cardiologia**

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) e a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniram nesta terça-feira (11/7) de forma conjunta para tratar do Instituto de Cardiologia. O proponente da pauta foi o vereador Alvoni Medina (Republicanos).

Medina ressaltou que o hospital é referência no município e percebe as lutas dos pacientes e funcionários da instituição para realizar o melhor atendimento. Lembrou que já foi realizada uma reunião com o prefeito Sebastião Melo e com a Secretaria de Saúde do Estado para tratar de soluções para o hospital. “Quando uma pessoa procura o Cardiologia, procura porque sua vida está em risco. E muitas vezes chega e não consegue ser atendida. Estamos aqui para dar uma resposta para a população e para saber daqui para frente como vai ficar o Cardiologia”, afirmou.

Representando o Instituto de Cardiologia, o diretor Gustavo Glotz Lima informou que o instituto precisa de toda a ajuda possível no atual momento, devido às atuais dificuldades por que estão passando. Nos últimos cinco anos diminuíram as cirurgias cardíacas realizadas, de 3.500 para 2.700.

Segundo Lima, a receita bruta de Porto Alegre caiu de R\$ 147 milhões para R\$ 135 milhões. Um dos grandes problemas da instituição é que vem sendo subfinanciada pelo SUS e pelo IPE Saúde. Explicou que o IPE fez um desbalanço das diárias médicas totais para manter alguns tratamentos oncológicos. “Nós estamos em tratativas com o IPE há mais de cinco anos, e não conseguimos ainda uma resolubilidade para isso”, disse. Além do subfinanciamento, foi implementada a portaria 3.693 que reduziu o repasse de insumos para o Cardiologia, como por exemplo os marca-passos. O hospital também possui sede em Viamão, Alvorada, Santa Maria e Brasília.

Representando a Secretaria Municipal da Saúde, a diretora da vigilância de saúde, Fernanda Fernandes, informou que a secretaria tem acompanhado toda a situação do hospital diariamente. Sobre os insumos, Fernanda informou que

realmente houve uma redução no valor repassado após a portaria ser implementada. Somente na Capital a redução foi de R\$ 16,2 milhões.

## **A Desburocratização das contratualizadas da área da saúde de Porto Alegre, as especificidades dos contratos**



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião na manhã desta terça-feira (1º/8) para tratar da desburocratização das contratualizadas da área da saúde de Porto Alegre. O proponente da pauta foi o vereador José Freitas (Republicanos), que conduziu a reunião.

Freitas ressaltou que propôs a pauta por conta das diversas reclamações das filas extensas em postos de saúde que recebe em seu gabinete. “Temos que trabalhar para que essas filas venham a diminuir ou até mesmo acabar. Principalmente quando se trata de especialidades. Na ortopedia, por exemplo, a fila é muito grande”, afirmou.

Representando a Secretaria Municipal de Saúde, a diretora da Atenção Primária, Vânia Frantz, explicou que existem pontos com falta de médicos e há

uma dificuldade na reposição destes profissionais. O termo de colaboração prevê que as empresas parceiras possuem 30 dias para repor estes funcionários após a demissão e em sua grande maioria não é utilizado este prazo. “A gente tem conseguido trabalhar com nossos parceiros para que a reposição seja em tempo menor. Inclusive, a maioria deles já está organizando cadastros reservas e pessoas pré-selecionadas para que, a partir do momento que houver necessidade, seja feita somente a assinatura do contrato e exames médicos”, afirmou.

Vânia explicou que existem regiões com dificuldades de fixar médicos, não pela questão salarial, mas por problemas sociais de segurança ou acesso destes profissionais. Sobre as filas, é direcionado aos postos que não incentivem os pacientes a formarem filas, pois a prioridade é no atendimento humanizado e no acolhimento. Segundo ela, hoje, a maioria das contratações é feita pelo programa Mais Médicos. São em torno de 70 médicos através deste programa federal.

Representando o Conselho Municipal de Saúde, o coordenador adjunto Waldir Bohn Gass informou que o problema não é somente a agilidade para garantir a substituição de profissionais, mas também na defesa da saúde de qualidade mesmo com profissionais terceirizados. “Os trabalhadores da área sempre foram fundamentais na luta em defesa da saúde. Com as terceirizadas nós temos um trabalhador muito mais vulnerabilizado e com muito menos autonomia de ação militante”, disse.

Segundo ele, existe uma carência de clínicas, laboratórios e hospitais de retaguarda para dar vazão aos atendimentos. Em um levantamento realizado, 60% dos atendimentos do Postão da Cruzeiro poderiam ser atendidos em redes básicas de saúde, o que acaba acumulando nas emergências.

Ficou encaminhado um pedido de informação dos contratos para que se saiba se estão sendo cumpridos. E solicitadas informações em relação às equipes dos postos de saúde, quais estão completas e o que está faltando em cada uma das unidades de saúde.

## A Importância dos atendimentos odontológicos no SUS.



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu nesta terça-feira (8/8) para tratar dos atendimentos odontológicos pelo SUS na Capital. O secretário municipal da Saúde, Fernando Ritter, fez uma apresentação sobre a cobertura em saúde bucal em Porto Alegre. A proponente da pauta foi a vereadora Mônica Leal (PP), e o presidente da comissão, vereador José Freitas (Republicanos), conduziu a reunião.

Mônica destacou notícias de outubro de 2022 que davam conta de que a espera por atendimento odontológico especializado em Porto Alegre chegava a quatro anos. Naquele momento, havia mais de 17 mil pessoas na fila. Metade desses casos era para tratamento de canal. A vereadora ressaltou que “para muitas pessoas, o SUS é a única alternativa” e disse que “a saúde bucal não pode ser negligenciada”.

Ritter afirmou que o município conta hoje com 107 unidades de saúde com equipes de saúde bucal, 22 unidades com raio-X e 27 unidades sem equipe de saúde bucal. O secretário disse que a cobertura de saúde bucal está em 60% da população e destacou que o índice não deve chegar a 100%, pois nem todos os habitantes da cidade buscam acesso pelo SUS.

“Evoluímos bastante, mas precisamos evoluir mais”, afirmou. O secretário destacou que, quando ingressou na prefeitura como cirurgião-dentista, em 2008, ele era apenas o sétimo profissional, e que hoje há pouco mais de 200 no quadro do município.

Ritter destacou que a secretaria pretende implementar uma tecnologia de raio-X digital e portátil, que teria vantagens como permitir o diagnóstico de pacientes acamados. A tecnologia aguarda liberação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ele apresentou informações sobre os serviços ofertados e as filas de espera das especialidades odontológicas.

“A saúde precisa ser propositiva, e não reativa”, afirmou, defendendo a educação, a prevenção e a promoção de saúde. “Se não, vamos pagar caro para tratar a seqüela dos problemas”, disse. Ele citou que a prefeitura está concluindo um levantamento epidemiológico bucal para buscar informações sobre a saúde dos habitantes da Capital.

Entre os objetivos para o futuro, o secretário destacou: a ampliação da cobertura de saúde bucal; a qualificação da estrutura física das unidades de saúde e centros de especialidades odontológicas, com a implantação do raio-X digital; a ampliação da oferta de consultas especializadas; a realização de concurso para o cargo de auxiliar de saúde bucal, que está em fase de contratação da banca; e a implantação dos centros de especialidades odontológicas da PUCRS e da Uniritter.

Andrea Bandeira, decana da Escola de Ciências da Saúde e da Vida da PUCRS, disse que as diretrizes curriculares do curso dão centralidade ao SUS e destacou a parceria da universidade com a prefeitura, afirmando que o serviço da PUCRS deve entrar oficialmente na rede do município em breve. O coordenador do curso de Odontologia da PUCRS, João Batista Weber, afirmou que “os alunos vão ganhar muito, e a comunidade também”, com a conversão do serviço da universidade em centro de especialidades odontológicas.

### **Encaminhamentos**

Os vereadores colocaram a Cosmam à disposição para direcionar emendas para a saúde bucal do município. O secretário Ritter afirmou que os recursos podem ser utilizados na compra de equipamentos. Mônica Leal sugeriu que os parlamentares atuem junto à bancada federal de deputados do Rio Grande do Sul para auxiliar na liberação do raio-X portátil pela Anvisa.

## Qual o impacto da Resolução nº 487 do CNJ na sociedade gaúcha?



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) discutiu o impacto da Resolução 487 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário, em reunião realizada na manhã desta terça-feira (15/08). O presidente da Comissão, vereador José Freitas (Republicanos), abriu os trabalhos e, de imediato, passou a palavra para a proponente da pauta, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB). Ela contextualizou que a política antimanicomial prevista pela Resolução determina o fechamento de hospitais de custódia, onde estão pessoas que cometeram crimes, mas que apresentam transtornos mentais, como em Porto Alegre, o Instituto Psiquiátrico Forense (IPF).

Conforme a vereadora, dados da Prefeitura dão conta de mais de 2 mil pessoas esperando para serem atendidas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs). “Na minha visão, o município não teria condições de absorver mais essa demanda. Esses pacientes têm alta periculosidade. Primeiro temos que fortalecer a rede, para depois ter estrutura para abarcar esses pacientes. Corremos o risco de eles não serem atendidos nos CAPs e pararem na cadeia”, apontou Tanise.

A coordenadora da Saúde Mental do Município, Cristiane Stracke, mostrou-se preocupada com a Resolução 487. “Seis meses da publicação da Resolução, e a nossa rede de saúde mental do SUS de Porto Alegre já é insuficiente para tratar pessoas que não cometeram nenhum delito”, alertou. Ela ponderou que não é tão simples criar serviços, porque isso demanda custos para o município e que, às vezes, simplesmente não tem o recurso. “Em fevereiro do ano que vem, o IPF terá que fechar as portas, será que todo mundo já terá se encaminhado lá dentro? Porto Alegre não pode pagar essa conta por todo mundo que está no IPF. Muitos cometeram crimes dentro da família e a família passou a rechaçar”, afirmou Cristiane.

Representando a Associação de Psiquiatria do RS, o psiquiatra do IPF, Pedro Zoratto, avaliou que a Resolução é completamente ideológica e que desconsidera a singularidade de aquela pessoa com transtorno mental ter cometido um delito. “A resolução não traz a importância da psiquiatria forense, que faz a interface da psiquiatria com o Direito”, observou. Ele salientou que quem está no IPF precisa de um tratamento individualizado, visando à ressocialização, e a grande dificuldade é o acesso à rede psicossocial, que em muitas cidades do Estado nem sequer tem CAPs. O psiquiatra disse ainda que não tem como o IPF fechar, pois ele propõe uma internação de longa permanência, mas que a pessoa possa retornar ao convívio se possível.

A coordenadora de saúde mental da Susepe, Paula Carvalho, contou que desde o dia 8 de junho ninguém mais entra no IPF, porque ele está interdito. “Com a Resolução, a gente foca que a lei diz, que ele tem que fechar”, resumiu. Segundo Paula, 195 pessoas hoje cumprem medida no IPF e 26 são de Porto Alegre, as demais são de outros municípios. “Alguns casos do IPF vão demorar muito tempo pra sair de lá, alguns casos em um ano não vão ser concluídos e a gente tem que ter responsabilidade com a sociedade e com as pessoas que estão lá; mesmo com tudo isso, tem uma legislação e a gente tá buscando que ela seja cumprida”, explicou.

O diretor do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Rogério Cardoso, apontou que essa é uma discussão muito antiga no Brasil; em 1921, foi criado, no Rio de Janeiro, o primeiro hospital de custódia e tratamento. “A partir dessa Resolução, não tem mais custódia, talvez tenha hospital”, declarou. Ele falou das principais funções do IPF, tais como a perícia, que determina se a pessoa será apenada ou se ficará internada; a atuação no tratamento e nas pesquisas na área. “Nós estamos fechando um Instituto que tem uma efetividade de 70% para botar esses doentes mentais dentro de um sistema que reabilita 30%. O nome disso pra mim é burrice”, criticou.

Para a defensora pública dirigente do Núcleo de Defesa da Saúde da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (NUDS – DPE/RS), Liliane Dable, a Resolução peca por faltar técnica psiquiátrica e um estudo aprofundado. “A Defensoria opera com isso, esse debate tinha que ser anterior, buscando uma solução”, afirmou. A procuradora municipal de Porto Alegre, Caroline Lengler, apontou que os serviços são cada vez mais municipalizados, mas que não há verbas correspondentes para a execução. Ela contou que Porto Alegre tem que absorver demandas de saúde de usuários de outros municípios, inclusive.

Nos encaminhamentos da reunião, a proponente apontou que a questão da Resolução 487 pode ser uma oportunidade de incremento da rede municipal de saúde. “O que me preocupa é o papel de Porto Alegre. Vai acabar sobrando pra nós, como se diz, em uma rede que já está saturada”, ponderou. O presidente da Cosmam encerrou dizendo que “não podemos permitir que essa Resolução prospere”.



## Cosmam aborda falta de manutenção nos arroios em Porto Alegre



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (22/08), para tratar sobre a falta de manutenção dos arroios na cidade. A discussão foi proposta e conduzida pelo presidente da Comissão, vereador José Freitas (Republicanos).

Freitas falou sobre a falta de manutenção nos arroios de Porto Alegre, e como as enchentes que acontecem quando o arroio transborda afetam a vida da população da cidade. “Já existe em Porto Alegre a barreira, essa barreira ecológica é útil, mas não é o suficiente”, afirmou o vereador. Ele pontuou que são necessárias atividades de desassoreamento em mais locais da cidade, pois o grande problema dos arroios, que geram doenças, enchentes e problemas aos moradores, é a quantidade de lixo acumulada nessas regiões.

O gerente de logística do DMAE, Lucas Homem, disse que foram investidos mais de R\$ 29 milhões no desassoreamento na Capital, e foram feitos contratos para o desassoreamento em três áreas da cidade, na zona norte, zona sul e o arroio dilúvio. Homem disse que a troca do DEP pelo DMAE acabou

causando alguns erros nos contratos que estão sendo revisados e resolvidos. “Alguns trechos que a gente não tinha previsto, algumas formas de dragagem que a gente não tinha previsto e que a gente tem tentado adequar os contratos”, afirmou. Ele ressaltou os critérios para escolher os trechos e elencar as prioridades, como quantidade de alagações, demanda de órgãos externos e facilidade de limpeza do local.

O representante da Defesa Civil, coronel Evaldo Rodrigues, contou sobre a necessidade dos cuidados com o curso d’água, principalmente nas áreas de risco da cidade, relacionado ao desassoreamento e às enchentes, que podem causar danos às moradias e acarretar mortes. “Temos toda uma perspectiva nova, recentemente, dois projetos de lei que passaram aqui pela Câmara de vereadores, onde estamos reformulando toda estrutura da Defesa Civil Municipal, que vai nos permitir ter uma ação mais efetiva nessas comunidades”, relatou.

O diretor de atendimento da Secretaria de Serviços Urbanos, Dilton Martins, explicou que a função da SMSURB é auxiliar o DMAE na questão das barreiras vegetais, que protegem o solo e dão estabilidade aos arroios contra o desmatamento. Porém, a infiltração das raízes acaba atravessando as construções em volta e causando risco a população. “Tem muitas árvores no leito dos taludes que as raízes estão rompendo tudo em volta”, explicou.

O diretor de monitoramento ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Luis Felipe, argumentou que a função da SMAMUS é o monitoramento e licenciamento vegetal e de fauna de Porto Alegre. “Servimos mais como suporte para o DMAE e para outras secretarias, estamos mais na parte de monitoramento e licenciamento das ações”, explicou.

O coordenador da Câmara de Mediação Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda, Marcelo Fernandes, comunicou que há R\$ 11 milhões em recurso da Prefeitura, empenhados para os serviços pluviais do município. “Para os grandes financiamentos de fundos municipais a gente precisa de um aval da União, especificamente quanto à garantia dessas operações”, disse.

## Cosmam aborda construção das unidades de saúde Jardim Leopoldina e Coinma



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (29) para debater o financiamento e a construção das Unidades de Saúde Leopoldina e Coinma. O encontro, que ocorreu no Plenário Otávio Rocha, foi proposto pelo vereador Aldacir Oliboni (PT), e teve mediação do vereador José Freitas (Republicanos), presidente da comissão.

Oliboni falou sobre a solicitação do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) para a construção de duas novas unidades de saúde, no ano de 2016, que não foram atendidas pelo Poder Executivo à época. O vereador retomou a pauta, entrando em acordo com o Município e o GHC para refazer os projetos de planta de duas novas unidades de saúde e realizar o orçamento. Foi discutido que as unidades de saúde atualmente teriam um orçamento maior, pela sua modernização: “O acordo se estabelecerá nesse sentido, o município irá corrigir o valor do novo orçamento e pagará a diferença dos recursos e as unidades de saúde serão construídas”, afirmou Oliboni.

O secretário adjunto da Saúde, César Sulzbach, relatou que foi feita uma reunião com o prefeito e encaminhado o financiamento para as obras das unidades de saúde do GHC. “O total dos projetos foi de R\$ 21 milhões. Corrigindo nossa dívida, o orçamento para as duas unidades de saúde do Jardim Leopoldina e Coinma ficou em R\$ 12 milhões”, destacou. Sulzbach explicou que deve ser realizada a adequação dos projetos para o valor da dívida, ou ocorrer a complementação do GHC aos projetos.

A gerente do GHC, Gerusa Bittencourt, constatou que, além de realizar a complementação de orçamento, tem objetivo de investir nos projetos das unidades de saúde. Gerusa explicou que já há um terreno definido para a obra do Jardim Leopoldina, porém ainda não há local certo para a construção do Coinma. “Nós teremos que registrar nossa intenção de realizar a doação onerosa, conforme já vimos sinalizando para a Associação Coinma, do ponto de vista da aquisição do terreno, que é propriedade da Associação”, afirmou.



## Cosmam discute efetivação da Central de Intérpretes na Capital



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (5/9) para debater os quatro meses de atuação da Central de Intérpretes de Libras (CIL) no município e como está sua adaptação aos serviços da saúde. O tema foi proposto pelo presidente da comissão, vereador José Freitas (Republicanos).

Freitas apresentou o trabalho da CIL, que auxilia os deficientes auditivos a utilizar serviços municipais. “Está tramitando também o projeto que assegura às pessoas com deficiência auditiva um tradutor intérprete de Libras nas instituições financeiras privadas”, complementou o vereador.

O diretor de Acessibilidade e Inclusão Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), William Cabral Tempel, relatou que o serviço da Central de Libras já existia no município, porém era apenas para eventos e comunicação da prefeitura, e não para o atendimento de ponta a ponta da cidade. “De todos os projetos que eu tenho da coordenação de acessibilidade, esse é o mais barato, e o que é o de impacto mais importante para a comunidade surda e para a pessoa com deficiência”, afirmou o diretor. Ele disse que quer dar

continuidade aos investimentos do projeto, com o aval do secretário da SMDS e do prefeito Sebastião Melo.

Georgia Volkmer, assistente social da Secretaria Municipal de Saúde, relatou que foram realizados 88 atendimentos pela CIL, afirmando que a saúde é a área que mais realiza serviços de atendimento pela central, em comparação com as outras instituições. “Fiz uma apresentação passo a passo, para todas as unidades de saúde. Não basta apenas o QR code ou divulgar o número de telefone, temos que dizer para as unidades como realizar o atendimento”, disse Georgia, em relação à solicitação de atendimento por parte das pessoas com deficiência auditiva.

O diretor da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, Diego Silva, discursou sobre os trabalhos da CIL, explicando que a central é responsável pelo atendimento aos postos de saúde, acesso ao Transporte Integrado de Porto Alegre (TRI), ao SINE, à assistência social, ao Conselho Tutelar e a outros serviços municipais. “O principal é a área da saúde”, afirmou Silva. Segundo ele, a CIL tem importante impacto na saúde para o surdo, por manter um laço forte do deficiente com o serviço, no qual a vida dele depende.

### **Reunião da Cosmam trata sobre o Setembro Verde**



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (12/09) para debater sobre a conscientização do Setembro Verde, mês da doação de órgãos. O tema foi proposto pela vereadora Lourdes Sprenger (MDB) e a reunião conduzida pelo presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos).

A proponente relatou a importância da conscientização do Setembro Verde, mês que aborda o tema de doação de órgãos. “Facilitar para que as pessoas entendam quem está nesse contexto, como funciona a doação desde o seu início”, disse a vereadora.

A representante da ONG Viavida, Ana Nunes, falou sobre a importância da doação de órgãos e como esse trabalho necessita ser mais divulgado para a população, para que se entenda seu objetivo, processo e relevância para sociedade. Ana usou o exemplo do transplante de coração realizado pelo apresentador Fausto Silva. “A gente se dá conta, com o caso do Faustão, com o quanto teve de crítica em cima disso. Porque aconteceu a doação tão rápida, com alguém que tem tanta condição financeira, nosso dever é desmistificar isso”, apontou.

A coordenadora médica do Hospital Santa Casa, Fernanda Bonow, revelou que a média de doadores de órgãos nos Hospitais da Santa Casa é de 100 por ano, trabalho realizado desde a morte encefálica, até as entrevistas com as famílias do doador. “Estamos em um ano de muito apoio de todos os órgãos e entidades públicas que podem nos apoiar”, afirmou Fernanda, pelos projetos que vêm sendo realizados na saúde.

O membro da Comissão Intra-Hospitalar para a Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante, Manoel Silveira, disse que o tema da doação de órgãos precisa ser pautado mais vezes durante o ano. “A doação de órgãos só se fala em setembro, eu trabalho há 20 anos com doação de órgãos e só em setembro que a imprensa fala, a Câmara fala, a Assembleia fala”, reforçou.



**Cosmam debate uso medicinal do canabidiol**



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (18/09) para debater sobre o uso do canabidiol, suas vantagens e desvantagens em tratamentos médicos. O tema foi proposto pela vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB) e a reunião foi conduzida pelo presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos).

A proponente trouxe a pauta do uso do canabidiol de forma medicinal e reforçou que o assunto não tem ligação com a descriminalização das drogas, mas a utilização de uma reação química, derivada da planta Cannabis. “Se tem estudos que essa molécula, o canabidiol, tem sido efetivo em alguns tratamentos médicos como epilepsia, parkinson, alzheimer e autismo”, afirmou a vereadora.

O psiquiatra e coordenador da Saúde Mental da Prefeitura de Porto Alegre, Alceu Gomes, falou sobre a qualidade dos estudos realizados sobre o canabidiol. “Nós ainda não temos os estudos de consenso, estudos de nível A”, citando que em muitos estudos podem acontecer casos isolados e que o tema carece de ensaios clínicos para que se possa aprovar de forma mais ampla o uso da canabidiol. Gomes afirmou que o parecer da Associação Brasileira de Psiquiatria apoia o estudo dos efeitos do canabidiol a longo prazo, para analisar os níveis de dose do fármaco.

O médico representante da AMRIGS, José Augusto Bragatti, relatou que o canabidiol é um medicamento promissor, entretanto, o nível de evidência dos estudos a longo prazo não é tão concreto. Porém, a curto prazo, há uma perceptível melhora nos pacientes que possuem autismo e epilepsia. “É uma medicação que possui respaldo fisiopatológico, que há receptores específicos no sistema nervoso central ligados ao sono, humor, apetite e impulsos elétricos”, apontou Bragatti.

## Prefeitura apresenta relatório de saúde do segundo quadrimestre na Cosmam



A Prefeitura apresentou hoje (26/9), na Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre, o Relatório de Gestão de Saúde referente ao 2º quadrimestre de 2023. A reunião foi conduzida pelo presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos).

O relatório, apresentado pelo secretário municipal de Saúde, Fernando Ritter, mostrou que a cobertura de saúde em atenção primária chegou a 71,9% no segundo quadrimestre, ante uma meta de 71%. Quanto à saúde bucal, a cobertura ficou em 47,6%. Conforme ele, Porto Alegre tem 311 equipes de Saúde da Família e 64 de atenção primária.

### **Perdas e investimentos**

O secretário também alertou para os problemas que o sistema municipal de saúde vai sofrer por conta da redução do repasses de recursos através do Programa Assistir. Segundo ele, com a alteração aplicada pelo governo do Estado, os hospitais municipais de Porto Alegre perderão R\$ 40 milhões por ano. Até 2025, a projeção aponta perdas de R\$ 70 milhões. "Se isso for mantido,

teremos de reduzir os serviços prestados à população", observou Ritter, lembrando que 41% dos pacientes nos hospitais mantidos pela Prefeitura da Capital são oriundos do Interior do Estado.

Quanto aos investimentos, o secretário apresentou os números do programa Agiliza Saúde. No total, são projetados recursos de R\$ 55,6 milhões, sendo a maior parte deles (R\$ 28,5 milhões) para construção e reforma de unidades de saúde, além de R\$ 6 milhões para aquisição de 12 ambulâncias para o Samu. Ritter ainda agradeceu à Câmara pelas emendas parlamentares, que destinaram R\$ 27 milhões à saúde.

Reunião e visita: Por sugestão da vereadora Mônica Leal (PP), a Cosmam tentará uma reunião com a Secretaria estadual da Saúde para tratar da redução dos recursos do Programa Assistir. José Freitas destacou o índice de pacientes do Interior atendidos na Capital (41%), ao mesmo tempo em que o governo estadual reduz os recursos para Porto Alegre. O presidente da Cosmam também propôs que a comissão faça uma visita ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) 4, para verificar a estrutura oferecida no local.

## **Cosmam aborda desastres naturais e preservação da vida animal**



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (3/10) para tratar da preservação da vida animal em desastres naturais. A pauta foi proposta pela vereadora Lourdes Sprenger (MDB), e o encontro foi conduzido pelo presidente da comissão, vereador José Freitas (Republicanos).

O pesquisador Pedro Valente, doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresentou resultados de seu trabalho sobre as anomalias de precipitação em Porto Alegre. Ele destacou que, na enchente de 1941, choveu 620 milímetros em 22 dias – quase a metade do acumulado do ano em Porto Alegre. Em setembro deste ano, foram quase 430 milímetros, ou um terço da chuva anual da Capital.

Valente afirmou que, nas últimas décadas, os eventos extremos se tornaram mais intensos e mais frequentes. Segundo ele, alterações por conta das mudanças climáticas, que eram projetadas para daqui a dez anos, já estão ocorrendo agora. O pesquisador afirmou que o El Niño atual ainda não chegou ao seu pico e já atinge as proporções dos El Niños anteriores. Ele mostrou que, dos sete meses mais chuvosos da história de Porto Alegre, quatro ocorreram em períodos de El Niño.

O Sudeste da América do Sul é uma das poucas regiões do mundo que tende a se tornar mais úmida, conforme o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), afirmou Valente. A posição geográfica do Rio Grande do Sul potencializa a formação de ciclones, devido ao encontro de frentes que vêm da Amazônia e da Antártida, destacou o pesquisador.

Marina Refatti Fagundes, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental da UFRGS, afirmou que desastres hidrológicos, como inundações, enxurradas e alagamentos, são os que mais causam danos e mais afetam a população. A pesquisadora ressaltou que esses eventos afetam animais domésticos e selvagens e provocam riscos à saúde pública, com a possibilidade de disseminação de doenças. Ela apresentou procedimentos para a preservação da vida animal que podem ser tomados antes da ocorrência de desastres.

## **Defesa civil**

Cláudio Silva da Rocha, coordenador regional da Defesa Civil de Taquara, afirmou que a área é muito pouco valorizada no Brasil e que o “Rio Grande do

Sul é péssimo em política pública de defesa civil”. “Não se surpreendam se daqui a um mês a enchente do Vale do Taquari for relegada a um segundo plano”, ressaltou. Ele afirmou que o grande desafio da defesa civil é informar a população sobre as ações a serem tomadas em caso de alertas: “A gente precisa sim investir em tecnologia de prevenção, mas a gente também precisa combinar com as pessoas o que elas precisam fazer” em casos de desastres, de modo a que saiam das áreas de risco a tempo, disse.

Marcelo Alievi, professor e vice-diretor da Faculdade de Veterinária da UFRGS, disse que espécies de animais de vida livre são muito afetadas por desastres, e podem ser quase que extintas localmente em eventos da magnitude como os registrados recentemente no estado. O impacto em animais de produção pode demorar anos para ser recuperado, ressaltou. Ele destacou que o Conselho Federal de Medicina Veterinária já instituiu elementos formais para balizar a conduta em caso de desastres, e colocou a faculdade à disposição para pensar em planos de ação emergencial.

“A história se repete, e parece que a gente não está aprendendo muito com os erros”, afirmou o tenente-coronel Rodrigo dos Santos, do batalhão ambiental da Brigada Militar. Ele disse que, após desastres, fala-se em criar estruturas de emergência, e defendeu que é preciso fortalecer a estrutura ordinária das cidades, que serão utilizadas para dar início ao atendimento. “A gente precisa fazer com que, na normalidade, a cidade fale de defesa civil”, destacou.

Ele relatou que, no município de Roca Sales, onde atuou após as enchentes, o cenário era de “terra arrasada”, e que não havia uma estrutura preparada no município para a defesa civil. Ele afirmou que há uma estimativa de que mais de 3 mil animais de produção morreram por conta dos alagamentos, apenas em Roca Sales. A veterinária Gabriela Borges fez um relato de atendimentos de emergência a animais em Roca Sales, e disse que chamou a atenção a falta de estrutura no município, em que não havia um hospital de campanha.

“Trabalho com resgate há 35 anos, e a gente vê que as coisas só estão piorando”, disse o socorrista Milton Pithan, referindo-se à tendência de aumento do número de ciclones no estado. “A maioria dos desastres se dá quando as pessoas ainda não entenderam a gravidade do que está ocorrendo”, destacou. Ele ressaltou que “a população não sabe como agir” frente aos alertas e que isso é um risco: “Quem já viu uma enxurrada sabe que não tem controle, que não há forma de parar. Ela leva tudo o que tem na frente, não há obstáculo que a interrompa”.

## Representantes da prefeitura

“No novo contexto climatológico, precisamos sair de um estatuto de ações emergenciais para um quadro de políticas públicas que visem à proteção da vida. As estruturas públicas de atendimento têm que estar dentro dessa nova realidade. Precisamos estar prontos para atender a todas as demandas que estão por vir”, afirmou o comandante da Guarda Municipal, Marcelo Nascimento.

O secretário adjunto administrativo de Segurança de Porto Alegre, Gelson Guarda, destacou que municípios devem ter comissões de defesa civil, com atuação permanente. Ele afirmou que a enchente não foi maior por conta do sistema de proteção contra cheias, criado após a enchente de 1941. Guarda também ressaltou a importância dos animais, que “minimizam o sofrimento das pessoas”.

Cirilo Faé, representante da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), ressaltou que é do órgão a responsabilidade por animais de grande porte, como equinos e bovinos, e que 260 animais já foram recolhidos em 2023. Jairo Ávila, veterinário do Gabinete da Causa Animal da prefeitura, agradeceu o auxílio de órgãos da segurança e de ONGS que ajudaram o gabinete a resgatar mais de cem animais nas Ilhas. Ele afirmou que os animais estão em abrigo e em canil da prefeitura e destacou que eles foram catalogados e irão retornar aos seus tutores.

A coordenadora do Centro Integrado de Comando de Porto Alegre (Ceic), Claudia Mayer, destacou que há aproximadamente 2 mil câmeras na Capital, e que os equipamentos auxiliam no gerenciamento no momento de uma catástrofe. Paulo Casa Nova, da Vigilância Sanitária, afirmou que tragédias como as recentes enchentes levam a repensar o que é saúde, e falou em um conceito de saúde única, que envolve a saúde dos humanos, dos animais e do meio ambiente.

A vereadora Lourdes Sprenger afirmou que a comissão irá encaminhar para o município os registros da reunião, de modo a reforçar o foco na prevenção. “A prevenção deve ser continuada”, destacou.

## Cosmam Aborda A Prevenção Do Câncer De Mama



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (10) para tratar sobre o Outubro Rosa, mês de conscientização e prevenção do câncer de mama. A proponente da pauta foi a vereadora Cláudia Araújo (PSD), e a reunião foi conduzida pelo presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos).

“A gente não pode cansar de falar daquilo que é tão importante no nosso dia a dia”, disse a vereadora Cláudia. Ela afirmou que se estimam que serão diagnosticados mais de 70 mil casos da doença no País em 2023, e disse que o câncer de mama é o que provoca maior mortalidade entre as mulheres. “O Outubro Rosa precisa estar nas nossas construções políticas para alterarmos esses números”, ressaltou, defendendo que o diagnóstico precoce e o tratamento imediato salvam vidas.

A presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia do RS, Andréa Damin, apresentou um retrato epidemiológico da doença em Porto Alegre, afirmando que há 81,6 casos a cada 100 mil mulheres na Capital, e que a previsão é de 670 casos novos para o ano de 2023. Segundo os dados, apenas 26% das pacientes de 50 a 69 anos realizam mamografia no RS – o percentual ideal seria 70% do público-alvo.

Andréa afirmou que o rastreamento mamográfico reduz a mortalidade por câncer de mama e destacou que, no Brasil, apenas um terço dos casos são diagnosticados de forma precoce. No Sistema Único de Saúde (SUS), a maior parte dos casos são detectados já em estágio avançado, segundo ela. Andréa ressaltou que, na rede privada, já existem tratamentos mais avançados, ainda não disponíveis no SUS, que dispensam a necessidade de quimioterapia em parte dos casos. Michela Fauth Marczyk, também da Sociedade de Mastologia, afirmou que a entidade está em tratativas com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) para oferecer uma capacitação para os agentes de saúde da prefeitura atuarem na prevenção no contato direto com a população.

## **Avanços**

Márcia Grutcki, médica da área técnica da Saúde da Mulher da SMS, afirmou que a secretaria trabalha com duas estratégias: diagnóstico precoce e rastreamento. A SMS organizou um protocolo de regulação, com critérios para a solicitação de ultrassonografias mamárias, ressaltou. A médica destacou que a oferta de exames aumentou de 110 por mês para 675 por mês, em 2022.

Alessandra Ribeiro, coordenadora de Regulação Ambulatorial da SMS, disse que, atualmente, pacientes ficam no máximo 15 dias de espera na fila de agendamento, pois há um equilíbrio entre a oferta e o número de solicitações para os exames. O acesso aos exames ocorre, em média, em 15 dias, afirmou.

Francilene Rainone, da Diretoria de Vigilância em Saúde da SMS, apresentou o trabalho de monitoramento e rastreamento dos casos de câncer de mama e colo de útero. Ela afirmou que o órgão faz a observação do número de exames alterados, que é de cerca de 1% ao ano, e que todos são monitorados e analisados caso a caso.

“A gente tem uma epidemia de casos de câncer em Porto Alegre”, afirmou Francilene, defendendo que o SUS precisa avançar no município na área oncológica. “Temos muito o que avançar, principalmente em estratégias de comunicação”, em especial com os pacientes, afirmou Evelise da Rocha, diretora da Vigilância em Saúde da SMS.

Cincinato Fernandes, diretor-geral do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, afirmou que o hospital está sendo redimensionado, o que inclui o setor de mastologia, que está sendo capacitado em termos de recursos humanos. Ele destacou que estão sendo adquiridos mamógrafos digitais e ecógrafos, entre outros equipamentos.

Rita Cunha, diretora do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (Imama), disse que “a gente muda a realidade fazendo com que as mulheres tenham conhecimento” sobre a doença. Ela afirmou que a função da instituição é acolher pacientes e abordou as dificuldades que as mulheres enfrentam para comparecer a exames, destacando que o Imama tem ações como oferecer vale-transporte para pacientes diagnosticadas com a doença.

A vereadora Cláudia Araújo propôs, como encaminhamentos da reunião, que a Cosmam faça uma visita oficial ao Hospital Presidente Vargas e ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre para acompanhar as ações que estão sendo realizadas em relação ao câncer de mama, e que a comissão procure encaminhar soluções para levar ao SUS os tratamentos mais atualizados contra a doença.



## Reunião da Cosmam trata sobre climatério, menopausa e saúde da mulher



Na manhã desta terça-feira (17/10), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) realizou reunião para tratar sobre climatério, menopausa e saúde da mulher. A proponente da pauta foi a vereadora Mônica Leal (PP). Na abertura dos trabalhos, o presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos), cedeu espaço para que o secretário municipal de Saúde, Fernando Ritter, fizesse um anúncio acerca do piso da enfermagem. “Nós já estamos chamando as instituições para assinar contrato, e estamos efetivando os repasses nos próximos dias, para que até o final do mês, isso na próxima folha, seja contemplado os valores”, garantiu o titular da pasta. Ele disse ainda que o prefeito Sebastião Melo vai notificar o Ministério da Saúde para que o governo federal mude seu entendimento, e inclua todos da classe da enfermagem nos repasses do piso, não somente os que trabalham na SMS.

Retomando o tema da reunião, a proponente ressaltou que, como procuradora especial da mulher, recebeu a demanda por essa pauta de muitas mulheres, a fim de desmistificar as questões relativas à menopausa e ao climatério. “A menopausa em si tem períodos muito delicados na vida da mulher, principalmente por serem considerados tabu”, disse Mônica e salientou que a chave para melhorar tal situação é a informação. A vereadora também falou

da dificuldade em encarar o envelhecimento e o quanto isto está ligado à idade reprodutiva da mulher.

Representando a área técnica da Saúde da Mulher da SMS, Márcia Grutcki fez uma apresentação sobre o assunto. Ela explicou que a menopausa propriamente dita caracteriza-se pelo fim da menstruação e que o climatério é uma fase de transição, do período reprodutivo para o período não reprodutivo. “A mulher para de reproduzir, mas a vida continua, e continua muito bem”. Ela contou que na rede de saúde é feita uma anamnese para saber o histórico da paciente que está entrando no climatério, também é feito um trabalho de prevenção de doenças comuns nessa fase, como osteoporose e as cardiovasculares; além de uma abordagem dos principais sintomas, como irritabilidade, calorões, depressão, insônia, diminuição da libido, aumento de peso, entre outros. Márcia afirmou que há uma área de consultas especializadas no climatério, disponíveis no Hospital de Clínicas, na Santa Casa, no Fêmina e no Conceição. “No momento, a gente tem 38 usuárias aguardando consulta e o tempo de espera para agendamento é de 30 dias”, esclareceu.

A chefe do Serviço de Ginecologia do Hospital Santa Clara, Carla Vanin, contou que dedicou toda sua vida profissional, de mais de 40 anos, à saúde da mulher e, em especial, ao climatério. Ela apontou sua preocupação com a divulgação equivocada feita em redes sociais a respeito da menopausa, da “venda” de uma ilusão de juventude eterna. A ginecologista destacou também a perda da qualidade de vida da mulher, em razão da mudança hormonal, que gera mudanças de humor, por vezes bruscas. “A situação hormonal feminina é uma montanha-russa”, afirmou. Carla falou ainda que é importante buscar tratamento, para amenizar os sintomas que acometem as mulheres nesse período. “O último manual de menopausa e climatério do Ministério da Saúde data de 2008, muita coisa mudou desde então, muita evolução em termos de tratamento”, criticou a médica, completando que os tratamentos disponíveis no SUS são irrisórios.

A educadora física Márcia Selister, criadora do Movimento Menopausa Sem Vergonha, fez uma apresentação “Da menarca à menopausa”. “A minha menarca foi com muita vergonha, então eu decidi que a minha menopausa não seria com vergonha”, revelou. Márcia contou que o movimento surgiu em 2020, em plena pandemia. Ela fez uma pesquisa com 200 mulheres e a principal queixa delas era a falta de informação. “De cada cinco, quatro delas não sabiam o que é climatério, isso em 2020”, pontuou. Foi a partir disso, que Márcia começou a fazer lives no Instagram sobre o tema. O programa segue, sempre trazendo pessoas da área da saúde, para falar sobre o climatério. “A menopausa para cada mulher vai

ser de um jeito, não é receita de bolo”, apontou, destacando que para algumas mulheres é uma fase tranquila, mas para maioria é desafiadora e até mesmo sofrida.

A representante da Comissão de Saúde da OAB, Estela Franco, disse que era um assunto que preocupa a instituição e que a mulher nesta faixa etária do climatério “não existe”, pois é uma fase que acaba não sendo considerada. “Chega ao Judiciário sempre a consequência do que não é visto”, pontuou. Ela explicou também que a questão do cuidado não existia no âmbito jurídico até pouco tempo e que a maior parte das mulheres na faixa dos 50 anos nem sabe que está no climatério.

A enfermeira representante do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul, Maria Rejane Seibel, falou da importância de discutir questões como essas e criticou a terceirização de profissionais na atenção primária, especificamente na área de ginecologia e saúde da mulher. “Com esse atual modelo de gestão é muito difícil”, apontando que os ginecologistas foram tirados das Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

Nos encaminhamentos, a proponente da pauta reforçou a necessidade de serem disseminadas informações sobre o climatério.



## Cosmam debate Prontos Atendimentos da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus



A reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre desta terça-feira (24) tratou sobre os Prontos Atendimentos da Lomba do Pinheiro e da Vila Bom Jesus. A pauta foi proposta pelo vereador Aldacir Oliboni (PT), e o presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos), conduziu a reunião.

Oliboni destacou que há queixas da comunidade sobre demora no atendimento nas unidades de saúde, que são geridas e operadas pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). O vereador ressaltou que estava prevista no contrato de terceirização a transformação dos postos em Unidade de Pronto Atendimento (UPA) porte 3, e cobrou a realização das reformas de qualificação das unidades. Ele também criticou a fiscalização do contrato por parte do Executivo.

O representante da SPDM, Mário Monteiro, afirmou que, após o primeiro mês de operação, não houve nenhum apontamento da prefeitura relativo a problemas na execução dos serviços. Ele disse que há problemas comuns ao SUS, mas que “não há que se falar em descumprimento assistencial”.

Monteiro destacou que a assinatura do termo foi feita em novembro de 2019, e que, em março de 2020, começou a pandemia de covid-19, que exigiu

esforços extraordinários na área da saúde. Ele ressaltou que houve um aumento significativo na inflação, em especial nos materiais de construção: em 2019, as obras de adequação física dos prontos atendimentos custariam R\$ 3,5 milhões, e, hoje, somam R\$ 14 milhões, segundo ele. O representante da empresa afirmou que a situação não pode ser caracterizada como descumprimento do termo de colaboração com o município.

“A partir da volta à normalidade, a SPDM entrou com pedido de aprovação de projetos junto à Vigilância Sanitária” do município, afirmou Monteiro. A obra do pronto atendimento da Lomba do Pinheiro foi aprovada em meados deste ano e está em andamento, e a aprovação para a reforma na Bom Jesus ocorreu há cerca de um mês, disse. A partir das obras de qualificação, as unidades poderão se converter em UPA de porte 3, destacou.

A previsão de realização das obras é de um ano, com a conclusão da reforma no pronto atendimento da Lomba do Pinheiro sendo concluída no segundo semestre de 2024, e a da Bom Jesus, em novembro, próximo à data prevista para o final do contrato. Ele pediu à SMS a prorrogação do termo de colaboração por mais um ano.

O diretor de atenção ambulatorial, hospitalar e urgências da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Favio Telis, afirmou que “a SPDM tem ajudado a resolver o problema da saúde no município”. Ele lembrou que houve uma disputa jurídica entre o Executivo e a empresa, que pedia readequação financeira devido ao aumento dos custos das reformas. Posteriormente, o município chegou a um acordo com a SPDM, que retomou a obra e hoje tem um cronograma de execução para a transformação dos prontos atendimentos em UPAs de porte 3.

Telis ressaltou que o Executivo não teria capacidade operacional de assumir a gestão dos prontos atendimentos caso a empresa deixasse as unidades de saúde. Ele admitiu a existência de “percalços” no atendimento e disse que “sempre é preciso melhorar, na área da saúde”, mas afirmou que isso é geral e destacou que os dados dos dois prontos atendimentos são satisfatórios.

Paulo Bobek, coordenador municipal de Urgências da SMS, apresentou os indicadores de atendimento e atualizou os vereadores sobre o andamento das obras. A taxa média de satisfação do paciente em observação foi superior a 90% nos dois primeiros quadrimestres de 2023 no pronto atendimento da Lomba do Pinheiro, e no primeiro quadrimestre, no da Bom Jesus. O tempo de espera dos pacientes nas faixas vermelha, laranja e amarela ficou dentro da meta, e o número de capacitações dos profissionais foi adequado nos dois postos, conforme os dados apresentados.

Mário Monteiro, da SPDM, ressaltou que o contrato não teve correção inflacionária desde 2019. Bobek, da SMS, afirmou que o prosseguimento na discussão sobre o reajuste ficou condicionado ao início das obras, e que o assunto está, agora, sendo tratado pelo gabinete do secretário de Saúde.

“Mais de 80% da saúde de Porto Alegre está na mão de terceiros”, criticou a representante do Conselho Municipal de Saúde (CMS), Inês Flores. “Na época em que era municipalizado, os médicos precisavam ter formação em urgência e emergência para atender” no posto, o que não ocorre hoje, segundo ela. Inês pediu um acolhimento mais humanizado na recepção do posto da Bom Jesus e destacou que o território perdeu a sua farmácia distrital.

Nos encaminhamentos, Oliboni propôs a realização de duas visitas da Cosmam: a primeira, em dezembro, ao posto da Lomba do Pinheiro, e a segunda, em fevereiro, ao da Bom Jesus. Ele pediu que o governo e a SPDM apresentem à comissão os projetos das reformas. O vereador cobrou que seja formada a comissão prevista em contrato, com um representante da empresa, um do CMS e três da SMS, para acompanhar as obras e fazer a interlocução com a Câmara.



## Cosmam debate sobre a Semana do Lixo Zero



A reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre desta terça-feira (31/10) tratou sobre a Semana do Lixo Zero. A pauta foi proposta pela vereadora Cláudia Araújo (PSD), e a reunião presidida pelo presidente da Cosmam, José Freitas (Republicanos).

A proponente falou que os assuntos sobre os cuidados com o meio ambiente não devem ser abordados apenas na Semana do Lixo Zero. “O tema de hoje é importante, porque estamos falando do nosso planeta, nós estamos falando do lugar que a gente vive e pretendemos viver por muito tempo”, apontou Cláudia. A vereadora explicou que o poder público tem uma função muito importante de conscientizar e ensinar a população sobre a coleta seletiva de lixo.

A embaixadora do Instituto Lixo Zero, Paula Moletta, relatou que é impossível apenas um órgão público, como o DMLU, fazer a limpeza de toda cidade. “São 19 unidade de triagem, no qual recebem a coleta seletiva, que infelizmente chega muito misturada, criando alguns problemas”, afirmou. Paula falou sobre a importância da reciclagem para facilitar o trabalho das triagens e explicou como devem ser separados os resíduos para a reciclagem.

O diretor de gestão e educação ambiental do DMLU, Marcos Salinas, comunicou que há coleta seletiva em todos os bairros da cidade, porém não em todas as ruas, entretanto, existe um processo de credenciamento e cadastro das ruas, para serem alinhadas as rotas dos caminhões. “Do início dessa gestão, aumentou 0,3% a coleta de seletivos em Porto Alegre e tem mostrado uma crescente”, expressou Salinas.

O secretário de Inovação, Luiz Carlos da Silva, mostrou alguns projetos para agregar mais valor aos resíduos. “Porto Alegre talvez tenha um dos conjuntos de empresas mais importantes do Brasil, nessa questão dos resíduos”, pontuou. Silva falou de diversas empresas para ajudar na solução dos problemas com os resíduos, mas disse que é necessário demonstrar alguns estímulos de eficiência nos trabalhos sobre o meio ambiente.

A coordenadora de educação ambiental do SEMA/RS, Mariela Secchi, relatou que um dos grandes problemas da falta de consciência ambiental vem do não incentivo por meio da educação informal. “Quando a criança está na escola, ela aprende a separar os resíduos, têm aulas sobre educação ambiental, mas quando ela entra no ambiente de trabalho, parece que as pessoas esquecem que a separação ainda é necessária”, afirmou a coordenadora.

### **Cosmam trata sobre as políticas de prevenção do Novembro Azul**



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (07/11) para tratar sobre o Novembro Azul, mês de conscientização e prevenção ao câncer de próstata. A

proponente da pauta foi a vereadora Cláudia Araújo (PSD), e a reunião foi conduzida pelo presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos)

A proponente falou sobre a conscientização do Novembro Azul, e como a prevenção ao câncer de próstata pode salvar a vida de diversos homens. “O câncer de próstata é um dos incidentes, com 71 mil casos novos, correspondendo a 67 mil casos a cada 100 mil homens”, explicou a vereadora. Cláudia ressaltou que os homens devem conversar com seus médicos sobre o risco de câncer de próstata, principalmente se há histórico familiar.

O técnico de saúde do homem da Secretaria Municipal de Saúde, Júlio Barros, falou sobre a política nacional integral do homem, que tem como objetivo facilitar e ampliar o acesso aos serviços do SUS, às pessoas do sexo masculino. “Não é apenas facilitar o acesso ao SUS, temos exames clínicos, exames radiológicos ou exames de mais complexidade”, afirmou Barros, sobre os meios de prevenção para o câncer de próstata.

O coordenador do núcleo de pediatria do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Daniel Wolff, apontou a necessidade de realizar todo ano a checagem de câncer de próstata, para realizar um diagnóstico precoce. “O Simers está aberto a disponibilizar serviços e políticas públicas de adequação aos centros de saúde”, esclareceu.

O representante do Instituto da Próstata, Klaus Loges, comentou que estão realizando 100 consultas por ano, para prevenção do câncer. Loges disse que muitos homens são relutantes para realizar exames de média complexidade, com medo de descobrir um câncer, entretanto, quando o diagnóstico se torna inevitável, acabam lotando as áreas de alta complexidade do postos de saúde, por conta do avanço da doença. “Ou faz uma retirada radical, ou vai ter um tratamento quimioterápico hormonal, fazendo um impacto nas contas públicas muito maior”, explicou.

## Cosmam trata da construção de unidade de saúde no Lami



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (14) para tratar da demanda pela construção de uma nova unidade de saúde no bairro Lami, no Extremo Sul da Capital. A reunião foi proposta e conduzida pelo vereador José Freitas (Republicanos), presidente da comissão.

Freitas relatou que há mais de 10 mil usuários cadastrados na Unidade de Saúde Lami e defendeu a necessidade de um espaço físico maior. O vereador disse que estão em andamento tratativas por parte da Prefeitura para aquisição de um terreno, onde será construída a nova unidade.

A diretora-adjunta da Saúde Primária da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Eveline Rodrigues, afirmou que a Prefeitura analisou dois terrenos na região, que foram descartados por problemas nas matrículas. “As opções apresentadas tinham diversas irregularidades. O mais adequado é partir para um terreno que esteja em condição de aquisição”, destacou Paula Carvalho, da Procuradoria-Geral do Município (PGM).

Conforme Eveline, a Prefeitura está analisando agora uma terceira opção, que está com a matrícula regular e “é uma opção mais otimista”, de acordo com

ela. O terreno em questão fica quase ao lado da unidade atual e está à venda desde 2018, conforme relatos apresentados na reunião. Ela ressaltou que “a ampliação não é uma alternativa, pois a estrutura é muito deficitária”, o que obriga a construção de uma unidade nova. Com a expansão no espaço físico, a equipe de atendimento poderá ser ampliada, segundo a diretora-adjunta.

Daniela Jardim, gerente assistencial da Associação Hospitalar Vila Nova, reconheceu que “a estrutura está precária, apesar de todas as reformas de adaptação”. Ela afirmou que o número de usuários está pressionando a unidade de saúde e que “em termos de atendimento, estamos suprindo as necessidades”. De acordo com Daniela, o serviço pode ganhar em qualidade a partir de melhorias na equipe e na infraestrutura.

“Estamos literalmente afogados”, afirmou Kelly Corrêa, gerente da Unidade de Saúde Lami. Ela relatou que o posto se torna “um caos” em dias de chuva, com salas alagadas. “A estrutura do posto é realmente muito precária”, destacou. Segundo ela, há uma demanda diária muito alta de usuários – a unidade chega a atender até 300 pessoas em um dia, afirmou. Ela relatou que “os profissionais estão sobrecarregados” e que não há estrutura física para adicionar novos funcionários.

### **Mobilização da comunidade**

“A questão da saúde no Extremo Sul é muito crítica”, disse Idemar Nunes, do Conselho Distrital de Saúde da região. Ele criticou a Prefeitura pelo fato de a negociação para a compra de um terreno se arrastar há anos, ao longo de diferentes governos, e destacou a mobilização da comunidade nesse período. Nunes disse que “as equipes não têm condições de trabalhar” na estrutura atual e pediu providências imediatas. Ele afirmou que o Ministério Público já atuou para obrigar a prefeitura a melhorar a estrutura das unidades de saúde do Extremo Sul e ressaltou que a região tem indicadores de saúde ruins.

“As equipes nos atendem bem, mas o local é inapropriado”, afirmou Clara Peter, também do Conselho Distrital. Ela disse que a estrutura atual é um “puxadinho” e que os problemas de infraestrutura prejudicam tanto os pacientes quanto os trabalhadores da unidade.

Ivani Macedo, delegada do Orçamento Participativo (OP) no Extremo Sul, ressaltou que a unidade não tem espaço físico para acolher a quantidade de pessoas que buscam atendimento. Ela disse que o estado é de “precariedade” e que o local não tem condições de receber novos profissionais ou equipamentos.

Inácia Paiva, também delegada do OP, destacou que o terreno que está sendo analisado pela prefeitura é amplo, que pode receber novas construções e que não há necessidade de demolir a estrutura existente no local.

Representantes da comunidade presentes na reunião enfatizaram que o posto está em condições inadequadas e precisa lidar com uma alta demanda, inclusive atendendo pacientes que vêm de Viamão. Eles defenderam a compra do terreno e pediram que os vereadores direcionem emendas para auxiliar na aquisição.

### **Encaminhamentos**

Ao longo da reunião, os vereadores prometeram destinar emendas para a compra do terreno e para a melhoria no atendimento da saúde na região. Eveline Rodrigues, da SMS, afirmou que os próximos passos de tramitação para a aquisição do terreno são acionar a equipe de Engenharia da secretaria para verificar a viabilidade técnica do local. Posteriormente, técnicos da Secretaria Municipal da Fazenda serão chamados para avaliar os valores envolvidos na transação e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus) será convocada para analisar a condição das árvores do local. Representantes da SMS estimaram em dois meses o prazo necessário para realizar essas avaliações.



## Cosmam ouve demandas dos agentes comunitários de saúde



Representantes da Prefeitura da Capital e agentes comunitários de saúde e de endemias se reuniram hoje (21/11) na Comissão de Saúde (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre para tratar de reivindicações apresentadas pelos profissionais. O encontro, conduzido pelo presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos), foi proposto pelo vereador Aldacir Oliboni (PT).

Conforme Oliboni, entre as demandas dos agentes está o pagamento do Incentivo Financeiro Anual (IFA) e o da Gratificação de Incentivo à Qualificação (GIQ). Outra reivindicação da categoria é o fornecimento de comprovantes de recolhimento ao INSS, pois no sistema do instituto não constam depósitos nos últimos 15 meses.

O diretor do Sindicato dos Municipários (Simpa), João Ezequiel, reconheceu que a Prefeitura montou um grupo de trabalho para discutir as

questões do IFA, GIQ e INSS, mas salientou que até o momento nenhuma delas foi resolvida. "No caso do INSS, os servidores contribuem, mas quando precisam de algum benefício, como o auxílio saúde, acabam recebendo a metade do salário apenas, pois o sistema do INSS não registra os recolhimentos dos últimos meses". Quanto ao IFA, considera "inaceitável que a Prefeitura não pague, pois são recursos federais enviados exclusivamente para o pagamento do benefício".

Representando a Prefeitura, o secretário municipal adjunto da Saúde, Cezar Sulzbach, observou que os temas levantados na comissão não são novos. Sobre o IFA e a GIQ, citou legislações federais que, segundo ele, impedem a Prefeitura de fazer os pagamentos. Em relação ao INSS, disse que é um problema que envolve também a Secretaria de Administração (SMAP) e a Procempa, mas garantiu que os repasses das contribuições estão sendo feitos regularmente. "Temos problemas no envio das informações, mas já estamos em tratativas com a SMAP e Procempa para ajustar os sistemas ao E-Social, do governo federal."

### **Encaminhamentos**

Oliboni disse que as explicações da Prefeitura foram insuficientes. Por isso, propôs, em conjunto com os demais vereadores que integram a Cosmam, que seja realizada em até dez dias nova reunião, com participação da SMAP e Procempa para aprofundar as discussões e obter soluções.



## Cosmam debate construção de Unidade de Saúde Monte Cristo



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (28) para tratar da possibilidade de construção de uma nova Unidade Básica de Saúde Monte Cristo, na Zona Sul da Capital. A reunião foi proposta e conduzida pelo presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos). Ele destacou que a estrutura atual da unidade é muito reduzida e que não há acessibilidade no prédio.

A diretora de Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Vânia Frantz, disse que “a batalha para procurar um espaço para construção da nova unidade não é de hoje” e que há muitas áreas irregulares na região, o que impossibilita que sejam utilizadas por parte da Prefeitura. Ela relatou ter negociado junto com a Associação Hospitalar Vila Nova para tentar encontrar uma unidade na região que pudesse ser reformada pela associação, mas não houve sucesso. A possibilidade de locação fica limitada pois não há na região oferta de imóveis regularizados, em condições de atender a normativas como o PPCI, destacou Vânia.

A alternativa é a cedência de um terreno à Prefeitura como contrapartida de um empreendimento que está sendo planejado para a região. “Tudo se encaminha para a contrapartida ser um terreno de 30 por 60 metros” na rua Dr. Arthur Mickelberg, afirmou Vânia. Segundo ela, o terreno é “muito bom” e teria capacidade para até quatro equipes médicas, mais duas de odontologia. Uma vez

que a Prefeitura conte com o terreno, pode-se buscar verba para a construção da unidade, explicou a diretora. Ela ressaltou que a cedência depende da aprovação do empreendimento e que não se trata de uma possibilidade a ser concretizada “no ano que vem”, e sim para “daqui a alguns anos”.

### **Limitações**

Jair Machado, representante do Conselho Distrital de Saúde, criticou a falta de acessibilidade na Unidade de Saúde Monte Cristo e destacou que “a US tem que ser um prédio horizontal, e não vertical. Isso facilita para os usuários e para os trabalhadores da unidade”. Luiz Aurélio, também do conselho, afirmou que, antigamente, os moradores eram contrários à mudança de local da unidade de saúde, mas, atualmente, isso está superado, segundo ele.

Daniela Jardim, gerente assistencial da Associação Hospitalar Vila Nova, reconheceu que a unidade tem limitações. Ela ressaltou que “a equipe trabalha da melhor forma possível dentro das condições existentes” e utilizou como exemplo o fato de que os profissionais fazem visitas domiciliares – inclusive para atendimentos de odontologia, nos casos em que não há necessidade de cirurgia bucal.

“Nos falta sala para todos os profissionais”, afirmou Heloísa Helena, gerente da Unidade Monte Cristo. Ela disse que, nos casos de pacientes com problemas de mobilidade, os atendimentos médicos são realizados no térreo, e, para o serviço de odontologia, há uma articulação para deslocar os pacientes para outra unidade em que há acessibilidade.

Mirela Bastiani Pasa, coordenadora da regional de Saúde Sul, afirmou que a estrutura é precária, e destacou que a unidade de saúde fica no extremo do território atendido. “Há um desejo há muito tempo de que a unidade tenha outro espaço para ir”, disse, ressaltando a dificuldade de se encontrar terrenos viáveis na região. Sandro Besson, da subprefeitura Centro-Sul, afirmou que o órgão recebe diversas reclamações por conta da estrutura da US Monte Cristo.

### **Encaminhamentos**

Nos encaminhamentos, o vereador José Freitas sugeriu à comunidade que se organize para ajudar a levantar terrenos e buscar um imóvel que possa ser locado pela SMS para auxiliar a encontrar uma solução de curto prazo, antes da aprovação do empreendimento e da contrapartida. Ele ressaltou que há uma região com dois terrenos ocupados, que poderiam ser alvo de ações da Prefeitura.

Vânia Frantz destacou que a comunidade pode auxiliar informando quando imóveis fiquem disponíveis para locação.

A vereadora Cláudia Araújo (PSD) sugeriu que a Cosmam envie um pedido de informação ao Departamento Municipal de Habitação (Demhab) e à Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (Smap) para averiguar se há algum imóvel da Prefeitura disponível na região. Freitas disse que a comissão também irá enviar um pedido de informação à SMS sobre os requisitos para o aluguel de uma unidade de saúde.

## Cosmam debate sobre o Dezembro Laranja



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (5/12) para tratar sobre o Dezembro Laranja, mês do combate ao câncer de pele. A pauta foi proposta pela vereadora Cláudia Araújo (PSD) e o encontro foi conduzido pelo presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos).

Cláudia Araújo falou sobre o Dezembro Laranja, o mês que conscientiza sobre o câncer de pele. A vereadora explicou que esse tipo de câncer é o mais comum entre os brasileiros. "O mês de dezembro foi escolhido por ser o início do

verão no hemisfério sul, quando a exposição do sol geralmente aumenta”, afirmou Cláudia.

A coordenadora de atenção especializada da Secretaria Municipal de Saúde, Cláudia Loss, relatou que há anos é realizada uma parceria com a Sociedade Brasileira de Dermatologia para agilizar os atendimentos aos pacientes com problemas de pele. “Se aquele paciente tinha alguma lesão suspeita de câncer de pele, ele já podia realizar no mesmo dia o procedimento cirúrgico”, disse ela. Foram atendidos mais de 70 pacientes com câncer de pele.

O diretor do DERMAONCO, médico Ronaldo Oliveira tratou sobre seu projeto “Um Olhar que Salva”, que trabalha com propósito de informar e alertar profissionais, médicos ou não médicos, sobre o câncer de pele. “Geralmente, uma massagista ou um cabeleireiro tem mais contatos com pacientes com câncer de pele do que nós médicos”, relatou Oliveira.

## Cosmam debate abandono de animais bravios



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã desta terça-feira (12/12) para tratar sobre o abandono de animais bravios. A pauta foi proposta pela vereadora Lourdes

Sprenger (MDB) e o encontro foi conduzido pelo presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos).

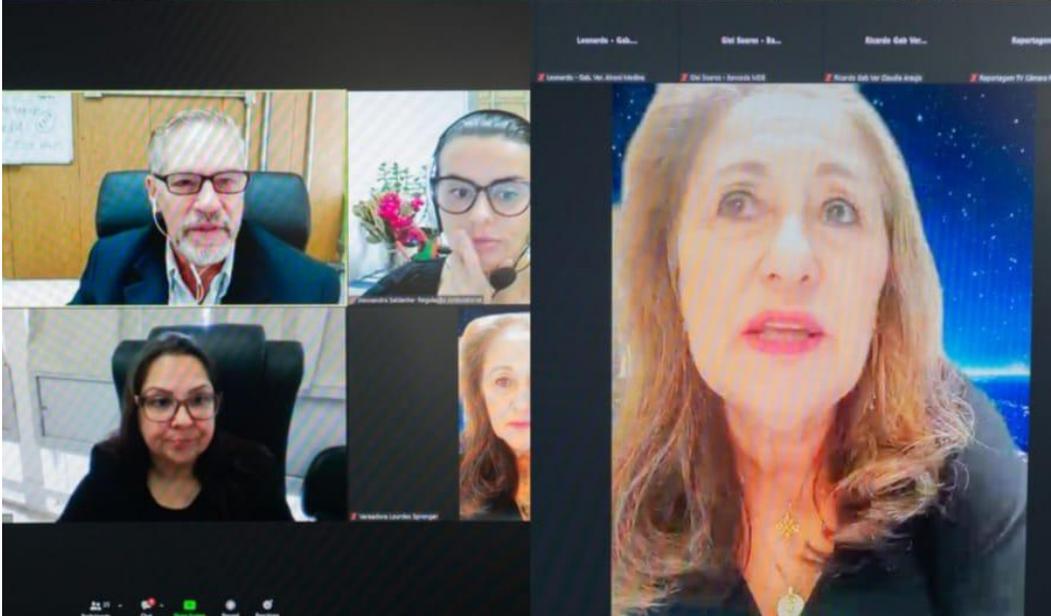
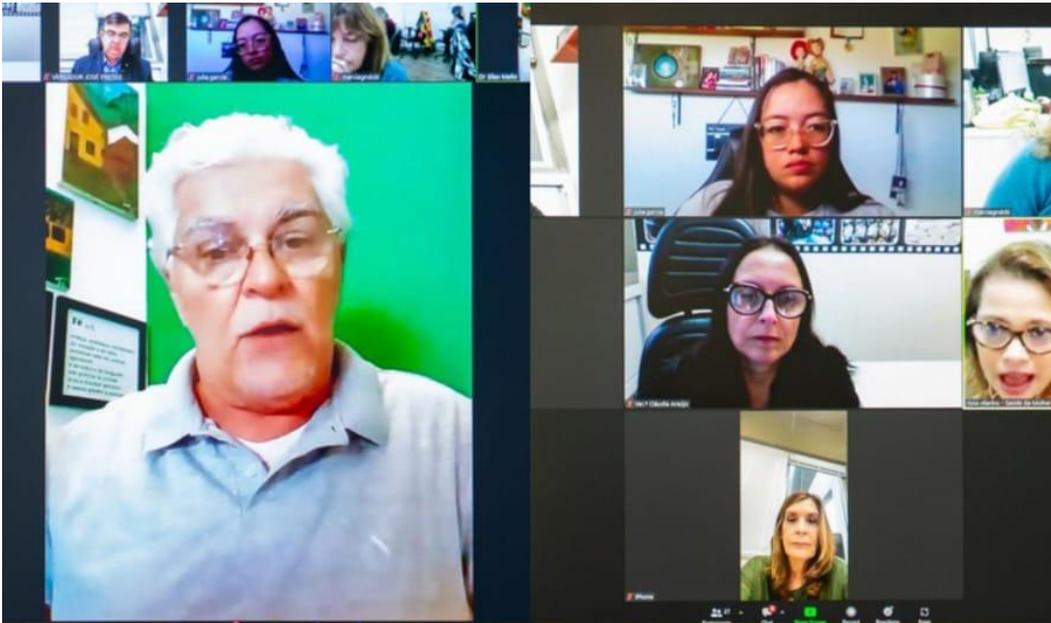
Lourdes Sprenger falou sobre a dificuldade que é o encaminhamento para centros de acolhimento de animais bravios, que são abandonados pelos seus donos. “Os tutores, muitas vezes, não sabem que são responsáveis pelo animal e pelos atos cometidos por ele”, informou a vereadora, citando o projeto “K9 Trainer Dogs”, que são treinadores de baixo custo e irão auxiliar nos resgates desses animais em situação de abandono e de maus-tratos.

A secretária da Causa Animal, Patricia Martins, relatou que a situação do gabinete é delicada, tendo mais de 200 animais no canil municipal, além de receberem os animais afetados pelas enchentes na região das ilhas. “Temos mais ou menos 20 bravios. Alguns estão sendo medicados e estão em trabalho de ressocialização, mas há alguns animais que não aceitam e irão passar a vida toda no canil”, disse Patrícia.

O representante da Patrulha Ambiental da Brigada Militar, sargento Homero, explicou que a maior dificuldade da PATRAM é o destino final do animal resgatado após a denúncia do crime. “A gente muitas vezes não sabe para onde levar ou o que fazer com o animal”, disse o sargento. Homero também constatou que durante o veraneio o número de maus-tratos aumenta, pois, muitas famílias vão para a praia e deixam seus animais trancados dentro de casa, sem nenhum tipo de cuidado.



# **Caderno de Imagens**



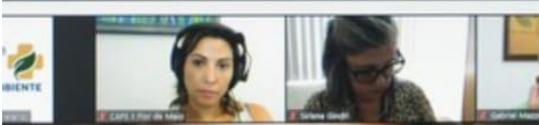
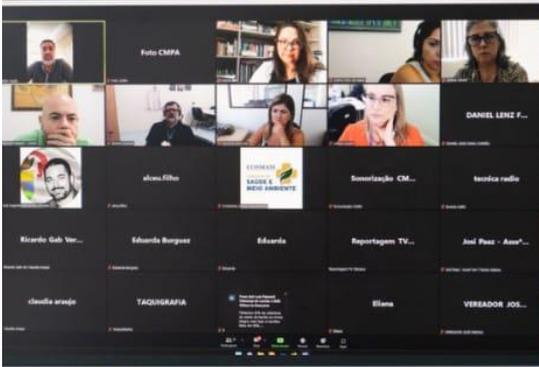






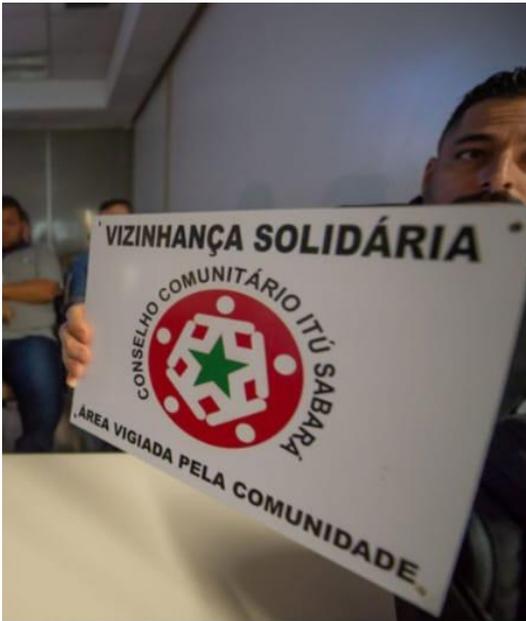


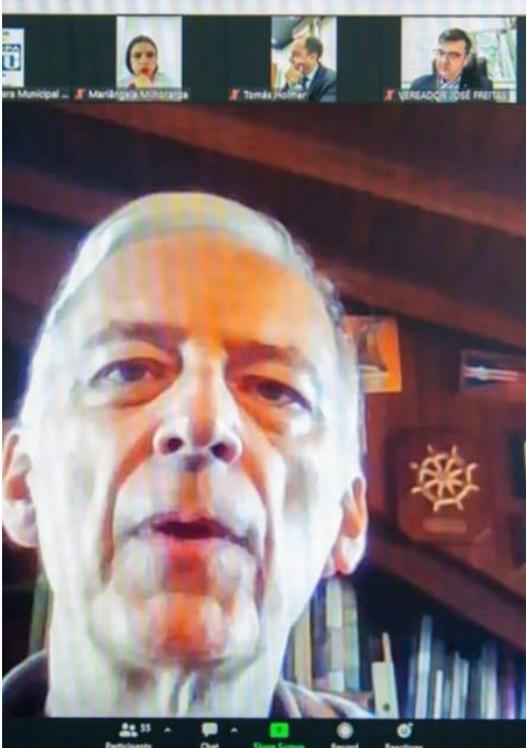












**2º Quadrimestre 2023**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
Plano Municipal de Saúde 2022 - 2023

Secretaria Municipal de Saúde

Mais cidade. Mais vida.



**Equipe COSMAM deseja  
a todos um excelente e  
próspero ano de 2024.**